

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial

Pecuária Bovina de Corte em Goiás
(1940-2009)

João Lemes de Paula

Goiânia

2011

João Lemes de Paula

Pecuária Bovina de Corte em Goiás
(1940-2009)

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado
em Desenvolvimento e Planejamento Territorial
da Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Orientadora: Profa. Dra. Márcia de Alencar Santana

Goiânia

2011

João Lemes de Paula

Pecuária Bovina de Corte em Goiás
(1940-2009)

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito para obtenção do título de mestre.

Membros da banca de defesa:

Profa. Dra. Márcia de Alencar Santana – PUC Goiás

Prof. Dr. Antônio Pasqualetto – PUC Goiás

Profa. Dra. Dulce Portilho Maciel - UEG

Goiânia

2011

Dedico esta dissertação a José Lemes e Maria Rodrigues, que em nenhum momento de suas vidas mediram esforços para que eu realizasse meus sonhos, me ensinaram a trilhar por caminhos seguros, me ajudaram a fazer as melhores escolhas, me fizeram ver que a honestidade, o respeito e a educação são de fundamental importância para a vida coletiva, que devemos lutar incansavelmente por tudo aquilo que almejamos. A eles devo a pessoa que sou. Sou muito feliz e orgulhoso de chamá-los de meu pai e minha mãe.

Agradeço a Deus, por estar sempre do meu lado nos momentos difíceis, me dar força interior para superar as dificuldades, mostrar-me o caminho nos momentos de dúvidas e suprir todas as minhas dificuldades.

À minha família, por ter me incentivado a defrontar esta batalha, por ter me compreendido nos momentos de nervosismo, ter me ajudado nas horas de dificuldades.

À minha orientadora, Márcia de Alencar Santana, por acreditar em mim, fazer parte significativa dessa jornada, me mostrando o melhor caminho a ser seguido.

Ao coordenador do curso, Aristides Moysés, que de forma brilhante o conduz.

A todos os professores que, com muita competência, nos conduziram na realização desta importante tarefa.

Aos meus colegas que, juntos e em harmonia, conseguimos conquistar esta batalha.

Aos meus amigos, que tiveram paciência, torceram e vibraram comigo nesta vitória.

Precisamos de pessoas perseverantes diante das dificuldades, que nunca desistam de seus ideais, que sonham com um mundo melhor e tenham coragem de lutar por ele. Pessoas menos egoístas, que estejam preocupadas com a qualidade de vida da próxima geração.

Daniel Tomaz

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	vii
RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
APRESENTAÇÃO	10
CAPÍTULO I – A AGROPECUÁRIA E A ESTRUTURA PRODUTIVA DE GOIÁS	14
1.1. BREVE HISTÓRICO	14
1.2. A MODERNIZAÇÃO	26
1.3. A PECUÁRIA BOVINA EM GOIÁS	37
CAPÍTULO II – A PECUÁRIA BOVINA DE CORTE EM GOIÁS	49
2.1. OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	49
2.1.1. A cria	59
2.1.2. A recria	62
2.1.3. A engorda a pasto	64
2.1.4. O semi-confinamento	68
2.1.5. O confinamento	70
2.2. A PRODUÇÃO	82
2.3. A COMERCIALIZAÇÃO	86
2.4. A ESTRUTURA FRIGORÍFICA DE GOIÁS	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS	98

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 01 – Ocupação Rural das Áreas do Estado de Goiás (Fonte: IBGE – 2003).....	25
QUADRO 02 – Estado de Goiás: Taxa de Crescimento do Valor Adicionado por Atividade Econômica 1996-2007 (Fonte: Seplan/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2009).....	33
QUADRO 03 – Goiás: Estrutura do Valor Adicionado das Atividades Econômicas 1995-2007 (Fonte: Seplan/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2009).....	37
QUADRO 04 – Goiás: Evolução da População Pecuária (em milhares de cabeças) de 1940 a 1959 (Fonte: IBGE. Anuários Estatísticos do Brasil, 1940 a 1959).....	57
QUADRO 05 – Rebanho Bovino: Brasil e Unidade da Federação (Fonte: IBGE – 2009).....	59
FIGURA 01 – Produção de Carne Bovina em Goiás (Fonte: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás – Relatório – 2009).....	84
FIGURA 02 – Comercialização de Carne Bovina em Goiás (Fonte: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás – Relatório – 2009).....	87
FIGURA 03 – Principais Importadores de Carne Bovina Goiana (Fonte: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás – Relatório – 2009).....	88
FIGURA 04 – Exportação de Carne Bovina para União Européia (Fonte: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás – Relatório – 2009).....	89
FIGURA 05 – Exportação Goiana de Carne Bovina (Fonte: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás – Relatório – 2009).....	90

RESUMO

Esta dissertação tem como tema principal a análise e o papel desempenhado pela pecuária bovina de corte, na formação territorial e na estrutura produtiva da economia do estado de Goiás. Inicialmente, a análise se concentrará na formação histórica do estado, *pari passu* à evolução da agropecuária goiana, exatamente porque, durante muitos anos, a agricultura e a pecuária não têm como serem vistas de forma isolada. Nas fazendas de gado trabalhavam tanto com a pecuária extensiva, quanto com a agricultura de subsistência, formando um complexo produtivo único. Será analisado como se deu a sua formação, a estruturação, a modernização e dinâmica econômica regional da agropecuária no Estado. Num segundo momento, será esboçada a trajetória histórica da pecuária bovina em Goiás. Iniciando com a chegada dos primeiros animais na segunda década do século XVIII; o crescimento e diversificação do rebanho; a modernização dos meios de produção e a sua posição no contexto nacional. Finalmente, daremos destaque à pecuária bovina de corte em Goiás, desde o início de sua organização comercial na década de 40 do século XX, quando o estado de Goiás, juntamente com Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo, fundaram a Federação Pecuária do Brasil Central, até a atualidade. Serão analisados os modos de organização da produção, os cuidados que os produtores goianos adotam nas fases de cria, recria e engorda dos animais nas suas diversas modalidades, a produção, comercialização e a estrutura frigorífica instalada no estado de Goiás. Em nossa concepção, apesar de, na maior parte da formação territorial e econômica de Goiás, a pecuária bovina de corte não ocupou papel central na estrutura produtiva, a mesma, entretanto, desempenhou função fundamental no crescimento e desenvolvimento econômico do estado. Inicialmente, como atividade de sustentação do crescimento econômico, como durante o ciclo da mineração. Com a decadência do período minerador, a atividade pecuarista assume centralidade na dinâmica econômica até a primeira metade do século XX. A partir da segunda metade do referido século, a prioridade passou a ser a produção de grãos. No entanto, a pecuária bovina de corte compõe a estrutura produtiva goiana, abastecendo o mercado interno, e gerando divisas via exportação. Destaca-se, também, na atualidade, sua função de sustentação da atividade industrial do estado.

Palavras-chave: Agropecuária; formação territorial; estrutura produtiva e pecuária.

ABSTRACT

This dissertation has as main theme the analysis and the paper carried out by the bovine livestock of cut, in the territorial formation and in the productive structure of the economy of the state of Goiás. Initially, the analysis will concentrate on the historical formation of the state, I gave *pari passu* to the evolution of goiana's farming, exactly because for many years the agriculture and the livestock doesn't have being seen as in an isolated way. In the cattle farms they worked so much with the extensive livestock, as the subsistence agriculture, forming an only productive compound. It will be analyzed as it felt its formation, the structuring, the modernization and regional economical dynamics of the farming of the State. In a second moment, the historical path of the bovine livestock will be sketched in Goiás. Beginning with the arrival of the first animals in the second decade of the century XVIII; the growth and diversification of the flock; going through the modernization of production manners and its position in the national context. Finally we will give prominence to the bovine livestock of cut in Goiás, since the beginning of its commercial organization in the decade of 40 of the century XX, when the state of Goiás, together with Mato Grosso, Minas Gerais and São Paulo, they founded Brazil Headquarters' Cattle Federation, until the present time. The manners of organization of the production will be analyzed, the cares that the goianos' producers adopt in the phases of it creates, it recreates and fattening of the animals in their several modalities, the production, commercialization and the refrigerating structure installed in the state of Goiás. In our conception, in spite of, in most of the territorial and economical formation of Goiás, the bovine livestock of cut didn't occupy central paper in the productive structure, however, it carried out central function in the growth and economical development of the state. Initially, as activity of sustentation of the economical growth, like it use to be during the cycle of the mining. With the decadence of the mining period, the activity cattle farmer assumes the centralization in the economical dynamics until the first half of the century XX. Starting from the second half of the referred century, the priority started to be the production of grains. However, the bovine livestock of cut composes the goiana's productive structure, supplying the internal market, as generating exchange value through export. It stands out, also, at the present time, its function of sustentation of the industrial activity of the state.

Key-word: Farming; territorial formation; it structures productive and livestock.

APRESENTAÇÃO

A agropecuária é, e sempre foi, um setor importantíssimo para a estrutura produtiva e econômica do estado de Goiás. Até mesmo no início de seu povoamento, quando aqui chegaram os primeiros homens em busca de ouro, encontrado com certa abundância, a agropecuária esteve presente, não de forma comercial, mas como base para sustentação alimentar do ciclo da extração mineral.

Com o declínio do volume de produção de ouro em terras goianas, cresceu ainda mais a importância da agropecuária, agora não como suporte para outra atividade comercial, e sim como principal atividade e única responsável pela reestruturação de uma economia que se encontrava em frangalhos.

Essa etapa foi a mais longa e sofrida na história econômica do estado de Goiás. Não havia nenhum interesse dos portugueses nessa região. Toda riqueza objetivada naquele momento havia se esgotado. Para reativar a produção econômica em Goiás, havia necessidade de grandes investimentos em infra-estrutura, principalmente estradas de rodagem e pontes sobre os rios, o que desestimulava a metrópole.

Depois de ter sido completamente abandonada pelos governantes portugueses, a estrutura produtiva e econômica do estado passou a ser remontada com base na agropecuária convencional de subsistência. Esse processo de remontagem se deu em duas grandes etapas: no primeiro momento, de 1822 a 1890, a pecuária se desenvolveu de forma bem mais acelerada; na segunda etapa, de 1890 até o encerramento da primeira metade do século XX, a economia goiana ganhou o reforço da agricultura, que até então não possuía forças suficientes para cruzar fronteiras.

Foi a partir deste momento que a agricultura passou a desenvolver-se com maior eficiência, motivada por uma série de razões, entre elas: o crescimento populacional; a mudança de local da capital do estado; a primeira marcha para o oeste, movimento criado no governo de Getúlio Vargas, que tinha por objetivo incentivar o progresso econômico da região central do país, povoando e fazendo

com que passasse a produzir maior quantidade de alimentos para abastecer o mercado interno em expansão e a indústria do Sudeste brasileiro.

Ainda na fase da agropecuária tradicional, logo após a segunda grande guerra, Goiás começou a se movimentar no sentido de fortalecer sua produção de alimentos para suprir a grande escassez mundial. O governo goiano viu, naquele momento, a oportunidade de fortalecer sua economia através das exportações, principalmente de produtos derivados da pecuária, que já começava a dar os primeiros passos no sentido de se organizar comercialmente, através da criação da Federação Pecuária do Brasil Central.¹

Mas foi a partir da década de 60 do século XX que a economia goiana foi realmente alavancada. Nascia ali uma nova fase na agropecuária do estado de Goiás. Motivada por um grande número de investimentos, oriundos de financiamentos de projetos de estruturação e modernização, principalmente vindos do governo federal, a agropecuária goiana sofrerá uma transformação radical, principalmente nas décadas de 60 e 70 do século XX.

Isso não quer dizer que a agropecuária tradicional de subsistência tenha deixado de existir naquele momento, mas ficou bem restrita aos pequenos e médios proprietários de terras que, por não oferecerem garantias suficientes, não tiveram acesso ao grande capital, oferecido pelo Governo Federal, com a finalidade de promover a interiorização da produção brasileira.

A partir da segunda metade do século XX, a agropecuária goiana passou a viver o tempo da lógica de mercado, segundo Pereira (2004). Foram várias e diversificadas intervenções governamentais, injetando um grande volume de capital. Foi possível a utilização das terras ácidas e pobres em nutrientes dos cerrados, graças à mecanização, à correção do solo, ao emprego da engenharia genética, da biotecnologia e da informática. Ou seja, Goiás, a partir destes acontecimentos, deixa de vez a agropecuária tradicional, convencional, de subsistência, para engrenar em um novo modelo de produção, moderno e altamente comercial.

¹ Pacto comercial, firmado entre os estados de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo, para fortalecer a indústria pastoril do Brasil Central e colocar em debate os principais problemas da criação bovina nesta região.

Isso posto, pretende-se, com este trabalho, fazer uma análise da pecuária bovina de corte no estado de Goiás, no período de 1940, quando esta inicia-se de forma consistente, para se organizar de forma comercial, a 2009.

O problema colocado em análise é: como foi formada e o que representa a estrutura produtiva da pecuária bovina de corte para a economia do Estado de Goiás?

O objetivo principal é fazer uma análise de pecuária de corte como suporte das outras atividades que contribuíram para a formação da estrutura produtiva e econômica de Goiás; a mudança da pecuária rudimentar e praticamente de subsistência para comercial e planejada; como é praticado o manejo do rebanho; fazer estudo pormenorizado da produção e comercialização; da estrutura frigorífica montada no Estado, bem como da importância da atividade para a economia estadual.

A metodologia aplicada é a combinação de técnicas de pesquisas bibliográficas do tipo quantitativa e qualitativa, por meio das quais se buscará:

Fazer análise de como foi estruturada a agropecuária dentro do território goiano; como se deu a sua evolução ao longo dos anos, e o que representa este setor para a economia do Estado.

Fazer levantamento histórico da pecuária bovina em Goiás: como surgiu; sua estruturação; diversificação e sua posição no cenário nacional.

Fazer estudo sistemático da importância da pecuária bovina de corte para sustentação e crescimento das outras atividades que impulsionaram o desenvolvimento da economia goiana; buscar compreender e explicar os ciclos da atividade pecuária no Estado, e analisar as etapas do processo de produção desta atividade, desde o nascimento do animal até a chegada do produto final ao mercado consumidor.

A dissertação foi estruturada em dois capítulos:

O primeiro capítulo trata da agropecuária e a estrutura produtiva de Goiás, e foi dividido em três partes: antes e depois da modernização, e a história da pecuária bovina em Goiás.

Depois faz-se uma exposição histórica da pecuária bovina no estado de Goiás. Desde a chegada dos primeiros animais em 1726, até a diversidade de raças dos dias atuais.

O Segundo capítulo trata da pecuária bovina de corte em Goiás, e está assim distribuído: modos de organização da produção; cria; recria; engorda a pasto, semi-confinamento e confinamento; produção; comercialização, e estrutura frigorífica.

Espera-se, ao final da dissertação, alcançar os objetivos almejados, ainda que não se tenha a pretensão de esgotar o tema estudado.

CAPÍTULO I

A AGROPECUÁRIA E A ESTRUTURA PRODUTIVA DE GOIÁS

1.1. BREVE HISTÓRICO

Por mais de um século, a agropecuária foi o setor da economia que sustentou o pouco que sobrou após o frenético ciclo do ouro em Goiás.

Estevam (2004) afirma que, durante todo século XIX, a atividade produtiva dominante foi a pecuária bovina, principalmente porque dispensava maior volume de mão de obra. O gado era criado solto, em grandes invernadas, sendo que um só vaqueiro podia tomar conta de um grande número de animais.

Na província de Goiás, lembra Ferreira (2004), na passagem do século XVIII para XIX, vivia-se um estágio diferente em relação a outras províncias litorâneas que nem a roda era usada como meio de transporte. Tudo que se construía na região era transportado, em fila indiana, pelas trilhas e sobre os lombos de burros. Enquanto na província de São Paulo os transportes eram feitos por carroças e carros de bois e as estradas eram dotadas de pontes sobre os rios mais profundos, em Goiás o transporte era feito por animais, e a transposição dos rios, na maioria das vezes, a nado. O autor relata que a roda, como meio de transporte de gente e carga, já era usado havia mais de quatro mil anos pelos chineses e pelos egípcios para transportar blocos de granito para construção das primeiras pirâmides.

A partir de 1804, D. Francisco de Assis Mascarenhas assumiu o posto de comandante da província goiana, com a responsabilidade de reestruturar a economia local após a decadência do ciclo da mineração, introduziu os meios de transportes puxados por animais, no intuito de preparar a província para a entrada na era da agropecuária (CORRÊA, 2001).

Mesmo com a incansável luta de D. Francisco de Mascarenhas, a agropecuária demorou ainda mais de um século e meio para ingressar na rota de atividade economicamente produtiva, com capacidade de gerar empregos e sobras

para promoção do desenvolvimento, permanecendo por muito tempo em regime de quase subsistência.

O comércio era incipiente, fazendo com que sua economia mais de aproximasse da auto-suficiência. Entretanto, mesmo com poucos recursos, falta de estradas, grandes distâncias dos centros comerciais mais desenvolvidos, os fazendeiros goianos, já na metade do século XIX, exportavam um bom volume de excedente agropecuário. Para que se tinha uma idéia, nesse período, apenas na região norte do Estado, o comércio já atingia aproximadamente 20 mil animais bovinos ao ano, conforme relata Estevam (2004). Isso sem computar um grande número de animais contrabandeados.

No contexto do século XIX, a agricultura e a pecuária não têm como ser vistas de forma isolada. As fazendas de gado lidavam tanto com a pecuária extensiva, quanto com a agricultura de subsistência, formando um complexo produtivo único, uma totalidade, e não dois segmentos produtivos separados.

Mesmo sabendo que a agricultura e pecuária caminharam juntas por todo o século XIX e boa parte do século XX, para Estevam (2004) a pecuária esteve sempre à frente por algumas razões: era o principal e único produto possível de ser exportado na época, pois o gado andava com suas próprias pernas, ou seja, mesmo de forma muito lenta dispensava o uso de transporte.

Já os produtos de origem agrícola dependiam de transporte que não existia nesse período. O gado poderia ser comercializado a qualquer momento, portanto não existiam intervalos na produção, até porque, naquele momento, não existia a preocupação dos produtores em engordar os animais para comercializá-los, seria inútil devido à distância que os animais teriam que percorrer para chegar até o mercado consumidor.

Com a agricultura acontecia de forma bem diferente, com a época certa para plantar e o período da preparação da terra a colheita. Sem contar que boa parte dos produtos resultantes da agricultura tem vida curta sem uma estocagem adequada.

Estevam (2004) afirma, com muita propriedade, que, para entender a importância da estrutura produtiva e econômica do Estado de Goiás nos anos

oitocentos, é necessário observar com muita atenção a unidade básica da sua organização sócio-produtiva, ou seja, a fazenda.

A fazenda de criação de gado bovino foi a organização produtiva básica que surgiu junto com o processo de ocupação do Estado. Mesmo no século XVIII, quando a atividade produtiva absolutamente predominante era a mineração, ela já começava a despontar.

Sobre esse aspecto, Corrêa (2001) disse o seguinte:

...agropecuária sempre esteve presente no processo histórico de ocupação de Goiás, representando, nos primeiros tempos, uma atividade acessória da mineração que possuía mercado e preços garantidos, apesar da interdição ao cultivo da cana-de-açúcar e à formação de engenhos. Os mineiros, entretanto, não se interessavam por essas atividades produtivas, pois o que os motivava não era a fixação definitiva no território goiano, mas o enriquecimento fácil e rápido, seguido do retorno à suas regiões de origem. Contudo, o crescimento do contingente populacional das minas e a irregularidade de abastecimento que ocasionavam crises alimentares e inflacionavam os preços, despertaram para a necessidade de formação de lavouras e para a criação de gado, com a finalidade de atender à demanda interna. Foi esse o fulcro da constituição dos primeiros sítios agrícolas e dos primeiros núcleos criatórios que coexistiam com mineração. (p.102)

Nas fazendas de gado aconteceu um aglomerado produtivo onde o trabalhador imigrante, na condição de agregado, passou a ser o principal fornecedor de alimentos para a sustentação da fazenda, formando assim um complexo produtivo. O criador de gado passou a ser dependente do resultado da produção de alimentos dos agregados, e estes, sem condições financeiras para sobreviver sozinhos, refugiaram-se na produção de gado. Não pode-se afirmar que uma atividade produtiva nasceu da outra e sim que uma dependia da outra para sobreviver e se fortalecer. A agricultura e a pecuária, por mais de um século, caminharam entrelaçadas, de tal forma que seria absolutamente impossível analisá-las separadamente.

Dentro da unidade básica, o patrão e criador de gado, juntamente com os agregados lavradores de terra, teceram formas recíprocas de intercâmbio e convivência. Os agregados produtores de alimentos se juntaram aos fazendeiros por acharem que esta era a melhor opção, já que seus produtos não conseguiam

alcançar mercados distantes, impossibilitando a exploração da agricultura enquanto geradora de renda.

O viajante explorador francês *Saint-Hilaire*, durante sua passagem por Goiás de maio a setembro de 1819, relatou que os fazendeiros, os empregados e os agregados viviam praticamente do mesmo modo: vestiam as mesmas roupas simples, calçavam da mesma forma e comiam da mesma comida. (CORRÊA, 2001)

Depois do início do povoamento do estado de Goiás, durante mais de dois séculos a agropecuária foi, lentamente, ganhando corpo e despontando no sentido de integrar a economia brasileira.

Mas foi só a partir do início da década de 1960 que começou realmente uma transformação mais profunda na estrutura produtiva da agropecuária goiana. Nessa época, segundo estimativas do IBGE, apenas 44% de toda a extensão do território goiano estava explorada pela produção agropecuária. (ESTEVAM, 2004)

Segundo Luz (2001), na década de 1960, Goiás experimentou um período onde a produção extensiva e sem capital dava lugar à produção mecanizada, tecnológica e com farto capital.

Na esfera estadual, o Governador Mauro Borges criou o Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás e a Reforma Administrativa para dar dinamismo ao plano.

Só para fomentar a agricultura e pecuária, o plano estabelecia investimentos da ordem de 15,4% do orçamento para criação de estações experimentais, zootécnicas; postos de sementes; equipar escritórios de extensão rural; incentivar a criação de reservas e conservação de forragens; incentivar estudos sobre criação e conservação de pastagens; instalar a Escola Agrotécnica de Goiânia; criar escolas agrícolas; instalar postos de mecanização e escritórios de irrigação; construir e equipar rede de armazéns e silos; construir fábricas de rações balanceadas; instalar fábricas de produtos de correção do solo e fazer estudos agrogeológicos do território goiano.

Com isso, o governo pretendia mudar a forma de produção agrícola, de extensiva e degradante para intensiva com qualidade, bem como desenvolver a

pecuária de corte e de leite. Desde o início da colonização do Estado de Goiás o modo de produção sempre obedeceu a essa regra: aumentar a produção agropecuária significava aumento do desmatamento. O que o plano do Governador Mauro Borges pretendia era fazer aumentar a produção sem aumentar a extensão de cerrados destruídos, apenas corrigindo as deficiências do solo. (ESTEVAM, 2004)

Para aumentar o dinamismo e melhorar a aplicação dos recursos financeiros, o governo previu a coordenação dos serviços da Secretaria da Agricultura, do Ministério da Agricultura, da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás e da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Na esfera federal, Goiás foi beneficiado por alguns programas governamentais.

Na sua região setentrional, Goiás foi incluído no contexto da Amazônia Legal, sendo objeto de planejamento e investimentos, através da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia); no lado centro meridional os investimentos vieram da SUDECO (Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste). Estes programas federais tiveram a função de estruturar o Estado para o avanço da produção agrícola, efetivando um modelo padrão de colonização na fronteira altamente intensivo em capital.

A agropecuária goiana também recebeu investimentos do PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste). Esse programa beneficiou as áreas do Centro-Oeste que pertenciam à Amazônia Legal, fornecendo recursos financeiros para impulsionar projetos de colonização.

Com a chegada desses programas, tanto estadual quanto federal, a tendência foi desenvolver um modelo de produção empresarial de exploração agropecuária com novas formas de utilização do solo e divisão do trabalho, e o sepultamento das atividades rurais de subsistência.

O II Plano de Nacional de Desenvolvimento trouxe consigo três importantes e distintos projetos: POLAMAZÔNIA, POLOCENTRO E REGIÃO GEOECONÔMICA DE BRASÍLIA.

Foi por meio do POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) que a agropecuária goiana recebeu incentivo, principalmente para a modernização do campo. O foco principal foi a implantação de infra-estrutura básica, pesquisa agropecuária e concessão de linhas de crédito para financiamento rural.

Em se tratando de infra-estrutura, o POLOCENTRO desenvolveu ações no sentido de viabilizar formas de armazenamento de grãos, construção de estradas, para melhor escoar a produção, e abastecimento de energia elétrica.

O campo da pesquisa ficou sob coordenação da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), que conquistou avanços significativos para o momento. Em toda a área do programa foram implantadas unidades de pesquisa e campos experimentais. O objetivo era alcançar, através da tecnologia, resultados expressivos na produção de grãos e criação de gado em áreas de cerrado.

As décadas de 1960 e 1970, portanto, ficaram marcadas como o ponto onde a agropecuária goiana sofrera uma verdadeira revolução. Investimentos vieram de vários projetos, fazendo com que o cerrado, através de modernas técnicas, suplemento de solo, mecanização, se tornasse um verdadeiro celeiro de grãos e abundantes pastagens. Com o aumento intensivo de crédito rural para a viabilização da produção no cerrado, principalmente a partir de 1974, a agropecuária do cerrado se tornou moderna e produtiva.

Com relação aos recursos destinados ao fortalecimento da produção no campo, principalmente na década de 70, Estevam (2004) disse o seguinte:

O mecanismo que efetivou incremento de aplicação de capital na agropecuária, conforme mencionado, foi o crédito rural. Essa modalidade de subsídio ao campo decorreu sobretudo do apelo de representantes do setor industrial que buscavam realizar a produção de máquinas e demais insumos necessitando, portanto, de uma sólida demanda por parte de empresários e fazendeiros rurais. O financiamento estatal intensificou a mecanização no campo e incrementou a indústria de máquinas para o setor rural. (p.161)

Os recursos financeiros, juntos à mecanização e tecnologia, não trouxeram só benefícios aos homens do campo. Apenas os grandes produtores abastados de meios de garantias tiveram acesso irrestrito ao capital oferecido pelos governantes.

Os pequenos proprietários de terras, sem os recursos citados, não tiveram como acompanhar a onda de progresso, vendiam seus sítios e se refugiavam nas grandes e médias cidades do Estado.

Para Ferreira (2004), foi no período do governo militar, na década de 70 do século XX, impulsionado por um grande surto de otimismo por parte das autoridades governamentais, quando a economia mantinha um estilo de desenvolvimento nacionalista, com crescimento médio na casa dos 10% a.a., no período de 1968 a 1973, que surgiu o GOIASRURAL, um dos maiores programas de desenvolvimento agrícola do mundo. Jamais fora registrado em todo o planeta uma ação que envolvesse quinhentos tratores de esteira puramente envolvidos em uma ação de desmatamento de cerrado para a produção agropecuária.

O governo federal tinha urgência na ampliação da produção agropecuária para suprir a necessidade que assolava o país de substituição de importação de produtos básicos alimentares.

Esse projeto resolveria dois problemas ao mesmo tempo: primeiro, promoveria o crescimento necessário da produção de grãos para abastecer o mercado escasso do território brasileiro, e segundo, alavancaria o desenvolvimento econômico de um estado localizado geograficamente no centro do país, que tinha 68% de seu território até então não agricultável por falta de mecanização e adubação.

Em 1972, o então governador de Goiás, Leonino Di Ramos Caiado, aproveitando o momento bom da economia nacional, e a proximidade da recém criada capital do país, resolveu adotar o projeto do economista Luiz Rogério Gouthier Fiúza, presidente da extinta Caixa Econômica do Estado de Goiás, que consistia em criar mecanismos técnicos, humanos e materiais que pudessem induzir o aproveitamento racional das terras de cerrado para a agropecuária. (FERREIRA, 2004)

Como o governo federal estava empenhado em promover o desenvolvimento econômico das proximidades da recém criada capital, o projeto do governo goiano foi prontamente aceito e financiado.

Conforme dito antes, o projeto era dotado de ousadia e de forte convicção de acerto, pois demandava um grande volume de recursos para financiar esse grande número de máquinas envolvidas no desmatamento do cerrado para incorporar ao processo produtivo. Sem contar com um enorme número de serviços complementares, como a construção de estradas e represas.

O programa de desenvolvimento GOIASRURAL veio em um momento oportuníssimo. Sem ele, com toda certeza, O Estado de Goiás teria muitas dificuldades e retardaria ainda mais o processo de integração ao sistema produtivo nacional que estava em plena ascensão naquele momento.

O mais interessante é que esse programa, ao contrário da maioria dos outros, não enfocaria apenas algum ponto do estado, e sim, Goiás de ponta a ponta. Segundo Ferreira (2004), por todos os cantos do Estado de Goiás poderia-se ouvir o ronco dos possantes motores dos tratores, fazendo estradas, represas, desmatando, puxando arados no preparo da terra para o plantio, principalmente de arroz, milho e feijão.

Um dos fatores decisivos para que o governo federal investisse pesadamente em projetos dessa natureza foi a segurança nacional. Segundo a doutrina da Escola Superior de Guerra, o governo central deveria, em poucos anos, no mínimo dobrar a produção de grãos no Brasil.

O GOIASRURAL proporcionou ao Estado de Goiás crescimento significativo na produção de grãos em curto espaço de tempo. O Estado, que detinha algo em torno de 3,5% da produção nacional no começo de programa, saltou rapidamente para 7%, graças ao aproveitamento com sucesso das terras de cerrados.

Para se ter uma idéia da importância desse projeto para a economia goiana, Ferreira (2004) afirma que, naquele momento da história, Goiás praticamente não produzia soja! A cultura necessitava de grandes extensões para se propagar. Com os cerrados cedendo lugar para a exploração de lavouras, essa cultura ganhou espaço rapidamente, tanto em Goiás como no Mato Grosso do Sul, passando a exercer papel fundamental para o crescimento da economia agrícola do país.

Para dar especial destaque do que foi o Goiasrural, Ferreira (2004) afirma o seguinte:

Foi dentro dessa ampla diretriz e amparada em imenso conjunto de argumentos, que iam das justificativas agronômicas, passando pela legislação que autorizava o desmatamento, que o GOIARURAL se consolidou como um projeto sedutor, que obteve financiamentos internos e externos. Do ponto de vista da adesão de produtores rurais, o sucesso foi total. (p 464)

Não foi por acaso que os governos estadual e federal, através do projeto GOIASRURAL, conseguiram obter tamanho êxito. Antes de lançar o programa, foram feitos exaustivos experimentos técnicos e científicos para evitar o insucesso de outros programas anteriores, a exemplo da criação de projetos experimentais com canteiros mecanizados e irrigados em condições idênticas a aquelas projetadas para a produção em cerrado aberto.

Para incentivar os fazendeiros de Goiás a investir na produção agropecuária em terras de cerrado, o Estado fornecia as máquinas com custo reduzido em 50% e o Banco do Brasil financiava a outra parte em até cinco anos, com carência de dois anos para começar a pagar. Já no primeiro momento da gestão do então governador de Goiás, Leonino de Caiado Ramos, foram adquiridos pelo CRISA (Consórcio Rodoviário Intermunicipal), 30 tratores de esteiras, com o objetivo de abrir campos para a produção de grãos e criação de pastagens, em região de cerrado.

O sucesso desse projeto experimental do governo de Goiás foi de fundamental importância para o nascimento do GOIASRURAL que já se encontrava em fase de preparação.

Até o início desse experimento que antecedeu ao GOIASRURAL não havia registro de máquinas pesadas a serviço da produção agropecuária. A mecanização no processo de produção de grãos em Goiás era bem acanhada. Só existiam alguns poucos tratores de pneus para esses fins. Quem possuía máquinas pesadas era o DERGO (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Goiás), mas essas máquinas trabalhavam exclusivamente na construção de estradas.

Ferreira (2004) lembra que, nas décadas de 50 e 60 do século XX, durante a ocupação das terras de matas, principalmente na região do Mato Grosso Goiano e Vale do Araguaia, o desmatamento era feito com foices, machados e muito fogo. Os agricultores mais abastados usavam no máximo motosserras.

Com orçamento estimado em duzentos milhões de cruzeiros, metade dos recursos oriundos de financiamentos externos, o GOIASRURAL foi aprovado, com unanimidade, pelo parlamento goiano, que estava empenhado no projeto de crescimento da economia goiana a partir da “revolução verde”. A já desativada CASEGO (Companhia Agrícola do Estado de Goiás), criada no governo Mauro Borges, foi reestruturada para abrigar o projeto.

Embora o GOIASRURAL tenha sido criado dentro de um espírito inovador, ele não aconteceu por acaso. Tinha como base uma realidade empolgante que vinha do campo como expectativa de que o Estado de Goiás seria, brevemente, um dos celeiros da produção agropecuária do Brasil.

Esse projeto, diga-se de passagem, está bastante ligado ao projeto nacional de expansão rural. Instalado no Brasil com o nome de ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural), que posteriormente passou a se chamar EMATER-GO (Empresa de Assistência Técnica, Expansão Rural e Pesquisa Agropecuária do Estado de Goiás), e no governo Marconi Perillo, em 1999, deu lugar a AGÊNCIARURAL (Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário).

Através do GOIASRURAL o Estado de Goiás acabou dando grande exemplo para as outras unidades da federação, ao formar um exército de máquinas agrícolas trabalhando para fortalecer o projeto agrícola do Governo Federal. Daí surgiu o slogan: *Plante que o Governo Garante*, criado como forma de incentivar o crescimento da produção de grãos em todo território nacional.

Em âmbito nacional, nos anos 60 e 70 do século XX, a vontade política brasileira indicava a agropecuária como porto seguro para as pretensões de avanços e consolidação de uma nação, com capacidade para chegar ao século XXI com uma produção de alimentos tão avançada que fosse capaz de ser considerado o celeiro do mundo.

Em Goiás não foi diferente. A forte vocação para a agropecuária confirmava a formação da receita estadual, com mais de 80% formada pela produção proveniente do campo.

Falconi (2005) afirma, com muita propriedade, que o ponto alto do desenvolvimento da agropecuária em Goiás, especialmente na região do cerrado,

aconteceu na década de 1970, após várias e importantes intervenções do governo federal. Para ele, o pontapé inicial foi a construção das estradas de ferro, ligando o principal centro econômico do país (São Paulo), à região do cerrado brasileiro.

Além da criação desse mecanismo importante para o escoamento da produção agropecuária do cerrado, o governo investiu pesadamente na criação de infra-estrutura, em pesquisas capazes de corrigir as deficiências do solo ácido, na criação de sementes e mudas fortes o bastante para produzirem em terrenos de cerrado. Além disso, foi intensificado o uso da mecânica e de adubos e defensivos agrícolas.

Para Falconi (2005), o já mencionado POLOCENTRO, criado em 1975, foi o mais importante programa para o desenvolvimento da agropecuária no bioma cerrado goiano.

Não podemos deixar de lembrar que esse programa não foi criado apenas para o território goiano, e sim para uma faixa muito grande de cerrado que se estendia pelo território de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, uma parte de Minas Gerais e da Bahia.

O programa, no curto período de 1975 a 1982, aprovou mais de três mil e trezentos projetos, investiu mais de quinhentos e setenta milhões de dólares em aproximadamente 30% de toda extensão do cerrado brasileiro e tinha por meta a exploração de 60% dessa área com a agricultura alimentar básica e o resto com pastagens plantadas.

Já na década de 1980, com a agropecuária bastante intensificada, foi criado o PROCEDER (Programa de Desenvolvimento do Cerrado) com a intenção única de fazer expandir a produção em escala comercial.

Em 1995, a WWF – Fundação Mundial para a Natureza, com escritório de representação na capital federal brasileira, publicou estudos classificando a região do cerrado em três zonas:

Zona I – agropecuária comercial moderna e consolidada. Essa zona já em 1985 despontava como maior produtora de soja, milho, café e feijão do cerrado;

grande participação na produção de arroz e mandioca e primeira colocada no número de rebanho bovino.

Zona II – agropecuária periférica em expansão.

Zona III – agropecuária incipiente.

Vale lembrar que a agropecuária goiana tinha importante participação nas zonas I e II, segundo relatório da Fundação Mundial para a Natureza.

Falconi (2005) faz questão de observar que a ocupação do cerrado na faixa goiana foi da mesma forma que da grande região em que estava inserida. Afirma também que a vegetação predominante nos 340.086 km² de área pertencentes ao Estado de Goiás é de cerrado, e que este representa 17% de todo bioma brasileiro.

Para se ter uma idéia da evolução da agropecuária em Goiás a partir da década de 1970, Falconi transcreveu uma tabela do IBGE de 2003. (Quadro 01).

Quadro 01 - Ocupação Rural das Áreas do Estado de Goiás

Utilização das terras por hectare	Goiás/Tocantins – 1970	Goiás – 1995/1996
Lavoura permanente	78.459	55.787
Lavoura temporária	2.484.350	2.119.066
Lavoura em descanso		257.641
Pastagem natural	19.423.118	5.137.285
Pastagens plantadas	4.362.064	14.267.411
Matas naturais	4.911.062	3.774.654
Matas plantadas	24.598	72.652
Produtivas não utilizadas	3.869.843	545.549
Tratores	5.692	43.313

Efetivo da pecuária		
Bovinos (cabeças)	7.792.839	16.488.390
Suínos (cabeças)	1.680.387	1.004.074
Aves (cabeças)	7.003.000	13.281.000

IBGE – 2003

O autor nos mostra nesta tabela que, alguns dos itens da agropecuária goiana evoluíram tanto que seus números superaram em 1995/1996 os números de Goiás e Tocantins juntos em 1970. Ele relata ainda que, de acordo com dados da SEPLAN (Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás) em 2003, o rebanho bovino, que em 1995/1996, só em Goiás, já era imensamente superior ao dos estados de Goiás e Tocantins juntos em 1970, em 2001 já beirava a casa dos vinte milhões de cabeças. E que o número de tratores existentes em 1970 era de mais de cinco mil e seiscentas unidades, isto é, um trator para cada seis mil e duzentas e oitenta e seis hectares, ou um trator para cada vinte e cinco propriedades. Em 1995/1996, foram encontradas quarenta e três mil e trezentas e treze unidades (7,6 vezes mais), ou seja, um trator para cada seiscentos e trinta e quatro hectares, ou ainda, um trator para cada 2,5 propriedades em média.

1.2. A MODERNIZAÇÃO

Julio Paschoal, mestre em desenvolvimento econômico pela UFU-MG, escrevendo para o Jornal Opção de 07 de janeiro de 2010, diz que o desenvolvimento econômico chegou para Goiás no final da década de 1960 e início de 1970.

A modernização da agropecuária percebida nesse período, segundo Paschoal, teve por objetivo fortalecer a indústria de máquinas e equipamentos instalada na região Sul do Brasil e atender a crescente demanda pela produção advinda do cerrado, bioma com grande potencial em produzir externalidades positivas no campo das oleaginosas.

Para fazer funcionar esse processo, foram criados mecanismos no sentido de criar infra-estrutura capaz de garantir o plantio e escoamento da produção do planalto central do País.

Paschoal lembra que essa modernização não trouxe bons resultados apenas para a agricultura, mas também para a pecuária, que abdicou de vez do regime de criação extensiva, para a adoção de práticas modernas, como o desenvolvimento do novilho precoce. Esse modelo de criação animal reduz consideravelmente os custos de produção, sendo que o tempo necessário para que o animal atinja o ponto ideal para o abate reduz de quatro anos para dois, aumentando consideravelmente os lucros dos criadores.

Desse modo, a partir do final da década de 60 do século XX, a modernização agropecuária ganhou consistência, sendo capaz de alterar profundamente o espaço socioeconômico do estado de Goiás. A rápida transformação foi de tamanha grandeza, que teve a capacidade de transformar o ambiente tradicional do campo e inserir o território goiano no cenário nacional. Uma das principais expressões dessas mudanças é a grande diferença entre a fazenda tradicional e a moderna. (ESTEVAM, 2004)

A fazenda tradicional utilizava a terra como fator extensivo, com mão de obra familiar, grande número de empregados, meeiros, parceiros, retireiros e outros. Toda produção era basicamente para o consumo da fazenda, não havia objetivos comerciais. Só o excedente, quando não havia possibilidade de estocagem, é que era comercializado. O gerenciamento simples e ultrapassado era feito pelo patriarca da família, com uso zero de tecnologia, apenas com conhecimentos adquiridos ao longo do tempo e passados de pai para filho. Ou seja, a fazenda tradicional era auto-suficiente, dependia de pouquíssimos utensílios que não tinham como ser confeccionados dentro do ambiente local.

Já a fazenda moderna usa o solo com muita intensidade, a relação de trabalho é assalariada, a produção tem objetivos exclusivamente comerciais, o gerenciamento é feito por um profissional capacitado e o uso da tecnologia é indispensável. É também empregado na fazenda moderna o uso de máquinas, adubos, defensivos agrícolas, vacinas e profissionais veterinários, zootecnistas, agrônomos e outros assistentes de produção de comercialização.

Vale lembrar que, para alcançar o patamar de fazenda moderna, a agropecuária goiana passou por um longo processo de crescimento e muito investimento governamental desde a segunda metade do século XX, como demonstra a grande variedade de programas governamentais adotados.

Naquele momento, quando o governo federal buscava interiorizar a produção no Brasil, Goiás foi especialmente contemplado por ter um grande potencial agropecuário e ter mais de 50% de sua área territorial explorável sem ocupação produtiva.

A força dos investimentos financeiros, produto dos vários programas de incentivo à produção, contribuiu para maior desempenho de produtividade agrícola e efetivação de um padrão moderno na fronteira. Goiás, naquele momento, com os investimentos governamentais em infra-estrutura e as orientações objetivas no sentido de aplicação de tecnologia, passava a fazer parte de um modelo de produção agropecuária moderna e eficaz, já aplicado nas regiões Sul e Sudeste do país.

Na segunda metade do século XX, foi montado em Goiás, um forte sistema de pesquisa capaz de alcançar altíssimos níveis de desempenho, sendo implantados vários centros de pesquisas e campos experimentais, com o enfoque no aprimoramento de tecnologias de cultivos e na pecuária bovina de corte em áreas de cerrado. (ESTEVAM, 2004)

Juntamente com os projetos de pesquisas vieram as unidades especializadas em assistência técnica, espalhadas em toda a região dos cerrados, com técnicos de nível superior, com o objetivo de fortalecer e expandir as atividades agropecuárias no estado de Goiás.

Sem soma de dúvidas o crédito rural foi se não o mais, um dos mais importantes instrumentos que fortaleceu e modernizou a agropecuária no território goiano. Para concessão de financiamento, o agente financeiro exigia do agricultor um padrão tecnológico avançado, capital de giro, máquinas e implementos e aquisição farta de fertilizantes e defensivos agrícolas. As linhas de créditos variadas e as taxas de juros subsidiadas eram uma tentação ao homem do campo.

Dessa forma, podemos dizer que, graças às intervenções estatais, o processo de capitalização e modernização da agropecuária goiana pôde acontecer em um curto intervalo de tempo. O financiamento rural foi poderoso instrumento de modernização da agropecuária, pois possibilitou a incorporação de máquinas, equipamentos e insumos agrícolas ao processo produtivo.

As áreas planas dos cerrados do Centro-Oeste brasileiro tinham características propícias para uso de equipamentos mecânicos, e paralelamente, a acidez e falta de nutrientes do solo demandou larga aplicação de fertilizantes e defensivos.

Com relação aos gêneros produtivos pós-modernização em Goiás, ganhou força aqueles que tiveram a função de abastecer as indústrias aqui instaladas e aqueles que tinham aceitação no mercado exterior, como: soja, cana, milho e carne bovina.

Na mesma linha de raciocínio, Paranaíba e Pires (2008) atestam que, nas últimas décadas, principalmente a partir dos anos 60 do século XX, a estrutura dinâmica e produtiva da agropecuária goiana vem experimentando um processo de transformação, hora mais acentuada, hora menos, mas de forma continuada.

Foi a partir desse momento, segundo Borges (2008), que o Estado autoritário interveio decisivamente, com aplicação de um volume muito grande de capital no campo.

Esse novo modelo de agropecuária assinalado por Borges (2008) teve papel fundamental na reorganização da agropecuária do Estado de Goiás, onde predominava a cultura de arroz e a criação de gado rústico em pastagens naturais, passando para a cultura em larga escala de soja, cana de açúcar e criação de gado gir e nelore em pastagens plantadas.

Goiás vem, gradativamente, se tornando um dos principais centros de produção agropecuária do Brasil, com potencial enorme de atração agroindustrial. As transformações se acentuaram ainda mais nos anos 70 do século XX, quando o governo federal, em parceria com os governos estaduais, formularam políticas de desenvolvimento regional nos diversos pontos do país.

Estas políticas tinham por objetivo incrementar a industrialização das regiões periféricas, reduzir as desigualdades econômicas no país e criar mercados para suprir o setor industrial nacional.

O governo federal criou um conjunto considerável de planos que fortaleceram os pólos de desenvolvimento econômico nas regiões menos desenvolvidas e com potencial agroindustriais, como foi o caso de Estado de Goiás. Desta forma, a estrutura produtiva goiana, tradicionalmente formada pelas explorações agropecuárias tradicionais e familiares, aos poucos foi substituída por uma estrutura embasada na agropecuária industrial e capitalista, dependente das inovações tecnológicas resultantes do setor industrial central.

Na década de 1960 e nas seguintes, os médios e grandes agropecuaristas goianos, abastados por recursos adquiridos pelas inúmeras intervenções governamentais, já ditas anteriormente, passaram a demandar por inovações físico-químicas, mecânicas e biológicas do setor industrial, as quais tiveram papel importantíssimo para o crescimento da produtividade agropecuária da região de cerrado do planalto central do Brasil. Além disso, as contribuições da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Expansão Rural) e EMGOPA (Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária), foram de fundamental importância para a melhor adaptação das novas culturas, especialmente a soja, principal produto desta transformação econômica do cerrado.

Por esta razão, o nível de produção agropecuária em terras goianas, depois do exposto, apresentou uma trajetória de crescimento em todos os sentidos. E o que é mais importante: este crescimento foi o grande responsável pela entrada, no estado, das importantes transações de commodities agrícolas, e incentivou a instalação das principais agroindústrias de transformação de carnes, grãos, sucroalcooleiros e lácteos em Goiás.

Desta forma, as agroindústrias iniciaram a implantação de suas unidades de processamento, determinando, assim, o início das operações de diversificação produtiva.

Este processo de aglutinação do capital industrial, principalmente o capital agroindustrial, é facilmente explicado pelos seguintes fatores econômicos: uma produção que, devido à incorporação do processo de modernização, apresentou ao longo do tempo uma trajetória de crescimento concentrada na região centro-sul do estado para a produção agropecuária, motivada pela proximidade dos principais centros de consumo do sudeste brasileiro e a pecuária, pura e simplesmente, montada ao norte e noroeste do estado, mais precisamente, no vale do Araguaia; e por fim, os programas de incentivos fiscais implementados pelos governos estaduais e federais, tendo como exemplo o FOMENTAR (Fundo de Participação e Fomento a Industrialização do Estado de Goiás), o FCO (Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste) e muitos outros já mencionados anteriormente.

O processo de diversificação da produção agropecuária de Goiás consolidou-se ainda mais com a chegada, nos anos 2000, do PRODUZIR (Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás), que trouxe mais estímulos para a introdução de novas agroindústrias no estado. Com base nos dados do balanço geral do FOMENTAR e do PRODUZIR, os projetos aprovados, implantados e em pleno funcionamento até o ano de 2006 foram de 144 unidades processadoras agroindustriais. Os segmentos agroindustriais que mais se expandiram foram os de laticínios, alimentos, óleos vegetais e destilarias que, juntos, totalizaram 66% dos estabelecimentos agroindustriais implantados no Estado de Goiás.

Foi a partir desse novo padrão de desenvolvimento agropecuário que Goiás ganhou destaque nacional e internacional nas últimas décadas, como uma região que apresentou forte expansão nos mais variados segmentos produtivos, principalmente da cadeia alimentar.

A agropecuária goiana no século XXI continua crescendo acima da média nacional. A agropecuária brasileira, terceira maior exportadora mundial do segmento, segundo dados da Organização Mundial do Comércio, em 2008, tem, em Goiás, um dos seus maiores aliados para este sucesso, principalmente puxado pela grande produção de carnes e grãos (soja, arroz, feijão, café, milho etc.).

Por tudo isso, percebemos que Goiás tem se inserido no contexto com um elevado padrão de produção agropecuária, moderna, empresarial e fortemente vinculada aos mercados nacionais e internacionais. Estes fatores só reforçam a

importância da estrutura produtiva goiana, como um local com forte atração para os investimentos industriais, especialmente agroindustriais internacionais, nacionais e regionais.

Dito isto, não dá para negar a forte influência da agropecuária sobre os outros setores da economia goiana. Historicamente, a economia goiana sempre esteve atrelada à produção de carnes e grãos, e mais recentemente à produção sucroalcooleira.

Vale lembrar que uma economia forte depende muito da industrialização local. Por esta razão, Goiás vem se desenvolvendo muito, apoiado na implantação de novas indústrias, principalmente de transformação de alimentos. Como a agropecuária goiana não pára de crescer e se modernizar, a tendência é que os investimentos industriais no estado sejam cada vez maiores.

Passado o período de montagem e viabilização da estrutura produtiva em Goiás, nas décadas de 1960 e 1970, e mesmo com a redução dos investimentos governamentais, a agropecuária continuou crescendo, ainda que em ritmo menos acelerado. Se considerarmos o período de 1996 a 2007, conforme nos mostra o quadro 02, elaborada pela Seplan-GO/Sepin/Gerência de Contas Regionais – 2009, verifica-se esse leve, mas contínuo crescimento da produção econômica, apesar de três anos de crise na produção agropecuária (1996, 2004 e 2006).

Mesmo sabendo que a agropecuária sofrera alguns momentos de baixa no período referido, vale lembrar que foi o setor da economia goiana que mais cresceu. Atingindo a considerável marca de 48,47% contra 42,81% e 46,29% dos setores de indústria e serviços respectivamente.

Quadro 02 - Estado de Goiás: Taxa de crescimento do Valor Adicionado por atividade econômica – 1996-2007.

Atividade	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	
Agropecuária	-2,37	8,99	7,43	3,88	3,08	8,10	6,61	6,80	-5,05	7,90	-3,58	6,68	48,47
Indústria	1,90	5,10	-2,59	2,23	7,20	-1,15	4,14	8,69	8,99	2,55	1,41	4,34	42,81
a - Indústria extrativa	0,68	2,30	-2,48	7,41	8,20	-6,33	7,86	16,28	14,01	-7,21	-11,13	11,34	
b - Ind. de transformação	0,02	1,15	-4,08	4,51	8,96	0,15	11,30	13,71	7,80	2,68	0,91	4,39	
c - Prod. e distrib. de eletr. gás, água e limp. urbana	4,38	7,51	0,01	4,69	9,13	-14,80	-5,34	6,42	12,74	1,63	-0,93	3,09	
d - Construção civil	4,84	12,74	-0,99	-4,27	1,51	6,03	-1,09	-0,63	6,70	5,10	6,46	4,42	
Serviços	3,58	3,48	1,42	1,72	3,92	4,27	6,21	1,55	6,56	3,40	4,70	5,48	46,29
a - Comércio	2,48	3,73	2,46	-3,64	3,57	4,77	2,18	0,87	4,84	6,71	7,46	6,26	
b - Interm. Finan., seguro e prev. compl. e serv. Relac.	5,33	1,53	0,08	2,59	5,28	-0,79	7,00	-2,65	2,03	6,40	13,94	18,51	
c - Admin., saúde e educ. pública e segur. Social	5,15	0,70	3,54	4,00	2,14	3,69	4,09	3,05	3,23	0,24	3,04	2,87	
d - Outros serviços	3,16	4,45	0,47	2,48	4,82	4,39	8,92	1,45	9,53	2,94	3,77	4,97	
Valor Adicionado Total	2,41	4,46	1,33	2,11	4,53	3,51	5,76	4,24	5,00	3,96	2,74	5,30	45,35
Elaboração: Seplan-GO/Sepin/Gerancia de Contas Regionais - 2009													

Com base no relatório apresentado pela Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás em 2007, o ano foi marcado pela recuperação da produção e dos preços das principais culturas agrícolas de Goiás, que fora afetada profundamente nos anos de 2004 e 2006. Em 2004 o setor agrícola foi muito afetado pela seca e a ferrugem na soja, provocando acentuada perda na produtividade. O estado de Goiás perdeu nesse ano, cerca de um milhão de toneladas de soja, ou seja, aproximadamente 20% de sua produção normal. Aliado a esses fatores, a safra de 2004 sofreu redução de seus preços de aproximadamente 30%, principalmente na soja, algodão e arroz, devido à influência de fatores externos. Em 2006, a agropecuária goiana voltou a fechar o ano em queda, desta vez de 3,58%. O fraco desempenho do setor primário ocorreu devido a uma combinação de problemas climáticos, a crescente valorização cambial, acréscimo nos custos de produção e recuo das cotações dos produtos finais para a comercialização.

As perdas acima avaliadas resultaram numa grave crise para o meio rural que produz cerca de 18% do PIB do Estado, mas que representa cerca de 65% de toda

economia goiana quando a abordagem refere-se ao agronegócio, ou seja, a todos os segmentos da economia que dependem da produção rural, culminando então, em redução nas taxas de crescimento da economia do Estado de Goiás. (ARANTES, 2006)

Já em 2007, as condições climáticas e o cenário internacional favorável impulsionaram para cima o mercado agrícola em Goiás. A pecuária não teve uma recuperação tão grande, mas a agricultura expandiu tanto que o produtor rural não teve nenhuma razão para se lembrar da crise dos anos anteriores.

A agricultura goiana atingiu altíssimo nível de produção de leguminosas e oleaginosas. Esse crescimento se deu principalmente pela grande produção de algodão, milho e arroz.

O milho, puxado pelo avanço do preço no mercado externo, foi o principal destaque em 2007. O aquecimento dos preços do milho se deu devido ao fato de os Estados Unidos, maior produtor mundial da cultura, destinarem a maior parte de sua produção para a fabricação de etanol, visando diminuir sua dependência de petróleo, que havia atingido elevados preços no mercado mundial.

A cana-de-açúcar também se destacou nessa retomada de crescimento acima da média da agricultura no referido ano. A área colhida expandiu-se muito e a produtividade também aumentou consideravelmente.

Já a pecuária não teve o mesmo desempenho que teve a agricultura, obtendo crescimento apenas de 1,86%, puxado pela bovinocultura e avicultura. Esse comportamento é facilmente justificado, pois a pecuária não enfrentou os mesmos problemas que a agricultura nos anos anteriores.

O rebanho bovino atingiu a incrível marca de vinte milhões e quinhentos mil e o número de aves de quarenta e quatro milhões. Goiás se posicionou na quarta posição nacional de bovinos, eqüinos e leite.

Macel Felix Caixeta, presidente da FAEG (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Goiás), publicou um artigo na Agencia Rural, Portal de Informações do Estado de Goiás, em 20 de novembro de 2007:

A Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Goiás (Faeg), instituição representativa do setor produtivo rural no estado, atua na deflaxa do desenvolvimento rural e do agronegócio como estratégia de crescimento e aperfeiçoamento da sócioeconomia goiana. Para tal, entende que a parceria do governo de Goiás com o setor produtivo rural tem sido fundamental para o desenvolvimento do Estado. Esta parceria tem possibilitado conquistas importantes, como a posição de destaque do agronegócio goiano no cenário nacional e internacional. (p.01)

Caixeta afirma, ainda, que a economia goiana mantém sua base sustentada na agropecuária, e que nossos principais produtos são oriundos do agronegócio. Ele pondera que as políticas de fortalecimento desta economia devem ser formuladas pelo setor público agrícola do governo, em conjunto com as organizações produtivas rurais, através de instrumentos e mecanismos de controle social, com foco principal nos interesses do estado e do país.

Para finalizar seu artigo, ele diz que, nesse momento, temos a oportunidade histórica de resgatar e fortalecer um dos segmentos mais importantes da formação da socioeconomia goiana dos últimos cinquenta anos. Goiás se caracteriza como o estado do agronegócio moderno, eficiente e competitivo, em todas as cadeias produtivas agroalimentares e agroenergéticas.

Sem dúvida, a partir da segunda metade do século XX, a agropecuária goiana avançou de forma significativa devido ao maior emprego de tecnologia, fazendo com que o produtor goiano se tornasse mais eficiente. A atividade pecuária se tornou mais profissional e a agricultura mais produtiva. Para se ter uma idéia, no censo realizado em 1996, o Estado de Goiás foi lembrado apenas como fronteira agrícola. Em 2007, as estatísticas confirmam que Goiás passou a ser um dos maiores protagonistas do agronegócio brasileiro. Os números obtidos são espetaculares se comparados a outras regiões brasileiras.

Pela primeira vez, em 2007, o censo agropecuário realizado pelo IBGE pesquisou as criações de bovinos em confinamento. Existiam aproximadamente quatro milhões de animais confinados em todo Brasil e a liderança do ranking pertencia ao Estado de Goiás, com 24,5% do total de bovinos criados nesse sistema, o que equivale a novecentos e noventa e seis mil cabeças.

O Portal do Agronegócio Goiano publicou, em 01 de outubro de 2009, uma matéria sobre liderança em bovinos confinados. Nesta publicação, Ricardo de Castro Merola, presidente da ASSECON (Associação Nacional dos Confinadores), lembra que Goiás sempre teve um grande rebanho bovino e que a região é grande produtora de grãos, matéria-prima base para a produção de ração animal. Além disso, a estrutura frigorífica é adequada, o período seco é bem definido e a localização do Estado permite a chamada proteção sanitária, uma vez que o Estado fica no centro do país, portanto, longe das fronteiras com as nações que têm problemas sanitários. Segundo o mesmo órgão, Onésio Francisco Dutra, coordenador técnico do IBGE, acrescenta que apenas os animais confinados no Estado representam cerca de trezentas mil toneladas de carne ofertadas aos mercados interno e externo anualmente.

Goiás, nos últimos anos, vem mantendo uma média de crescimento econômico acima da média brasileira, consolidando-se cada vez mais em um Estado forte, gerador de empregos, grande produtor agropecuário e no caminho da industrialização.

O perfil da economia goiana vem aos poucos se modificando, de um estado basicamente voltado para a agricultura e pecuária para o um estágio de industrialização, um pouco lento, mas constante. O grande destaque deste momento é a indústria de transformação de alimentos, bebidas e metalurgia.

Essa tendência é muitíssimo importante para Goiás, principalmente porque as grandes economias mundiais têm no mínimo 35% de suas riquezas oriundas do setor industrial. Conforme mostra tabela a seguir, ainda estamos muito distantes disso, mas lentamente caminhando firme para esse objetivo. (Quadro 03)

Apesar do rápido crescimento das atividades predominantemente urbanas sobretudo industriais, comerciais e de prestação de serviços, a agropecuária goiana, tem papel importantíssimo na geração de riqueza e empregos. A contribuição goiana no agronegócio brasileiro tem sido muito significativa, principalmente na produção de grãos, hortaliças, cana-de-açúcar, leite e seus derivados, carne bovina, suína e aves.

A pecuária bovina esteve presente na vida econômica e produtiva do povo goiano, desde a chegada dos primeiros habitantes, até os dias de hoje. Desde o período em que a principal atividade produtiva brasileira era a extração de ouro, principalmente em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, mantendo-se viva como a principal atividade produtiva e econômica por todo o tempo de extrema pobreza em que viveu o Estado de Goiás em quase todo o século XIX. Na primeira metade do século XX, chegaram as grandes transformações estruturais e econômicas em Goiás, como a mudança da capital estadual para um local com maior capacidade dinâmica; intervenção direta do governo federal no sentido de alavancar o desenvolvimento do interior do país; a mudança da capital federal para o planalto goiano. E, junto com essas transformações, a pecuária se fortaleceu ainda mais, fazendo com que chegasse aos dias de hoje como um dos principais segmentos da economia do Estado.

Galli (2005) e Estevam (2004) relatam que os primeiros animais chegaram ao território goiano no ano de 1726, trazidos por Antônio Ferraz de Araújo, em sua segunda viagem a Goiás, juntamente com seu cunhado Bartolomeu Bueno, o Anhanguera Filho.

Para se ter uma idéia, o primeiro animal da raça bovina, uma vaca de leite, vendida em solo goiano, alcançou o exorbitante valor correspondente a duzentos e dezenove gramas de ouro. E o primeiro porco, o valor correspondente a duzentos e oitenta e seis gramas de ouro.

Do momento em que chegaram os primeiros animais ao território goiano, até 1777, a pecuária foi extremamente controlada pelos governantes portugueses. Conforme relatado por Galli (2005), eles não admitiam o desenvolvimento desta atividade por achar que o simples crescimento desviaria o foco da extração mineral que lhes rendia muito dinheiro em impostos. Então a pecuária era limitada à quantidade necessária para a alimentação das minas de ouro, e tinha que entrar em Goiás sempre pelo mesmo caminho para que fosse registrada, evitando assim que fosse contrabandeada, principalmente para os currais da Bahia.

Desta data em diante, até o ano de 1822, com a total decadência da atividade extrativista, a pecuária ganha força, praticamente na mesma proporção em que a mineração ia se esvaindo.

Essa abertura para o crescimento da atividade pastoril foi dada pelo então governador da Capitania de Goiás, D. José de Almeida, que estava encontrando muitas dificuldades para abastecer de alimentos a região por ele administrada devido a precária comunicação com o Governo Geral.

Com base em relatos de Galli (2005), Estevam (2004), e dos viajantes estudiosos europeus *Johan Emamuel Plhol*, *Willian Burchel* e *Auguste de Saint-Hilare*, citado por Corrêa (2001), o fim da epopéia extrativista levou a consequências desastrosas. A capitania goiana perdeu seu poder econômico junto à coroa portuguesa, perdeu todo seu dinamismo exportador e importador de mercadorias; a população, sem alternativas de trabalho, rapidamente abandonou Goiás em direção a outras capitanias, deixando para trás só as ruínas. Essa fuga foi tamanha que cidades com até sete mil habitantes desapareceram do mapa de Goiás.

Foi exatamente neste momento que o pouco da população rural que permaneceu na Capitania, sem alternativa, começou a se organizar em função da agricultura de subsistência e da pecuária um pouco mais voltada para o comércio.

Sobre este aspecto, Borges (2008) afirma o seguinte:

Com o esgotamento da minas, no final do século XVIII, a pecuária substituiu a mineração como atividade econômica dominante, o que garantia a entrada de divisas e certo nível de acumulação. Segundo fonte oficial, havia duas vantagens econômicas na criação do gado vacum em Goiás: a sua duplicação anual sem grandes trabalhos, e o fato de que o boi podia-se autoconduzir em direção aos mercados e “vai buscar moeda para a Província” (p. 74).

Isolados geograficamente e economicamente do resto do país, se tornava praticamente impossível a prática de qualquer outra atividade agrária e atividades mercantis. A escassez da mineração fez com que o poder de compra se reduzisse e a economia regional entrasse em colapso. A exceção foi exatamente a prática da pecuária extensiva, que não dependia de grandes investimentos, pois o gado rústico se alimentava de capins naturais, encontrados com muita abundância nos cerrados goianos. (GOMES, 1969)

Borges (2000) lembra que, além da vastidão de pastagens de campo aberto, existia um grande número de terras devolutas, de fácil acesso, praticamente

desabitadas, favorecendo a instalação de grandes fazendas de criação de gado, sem o mínimo de investimentos. Isso chamava a atenção de criadores de gado de Minas Gerais e São Paulo.

Nesse momento da história, a concentração de fazendas de gado esteve bem mais presente no extremo norte do Estado de Goiás. Só um pouco mais tarde, com a chegada do progresso junto com os trilhos da estrada de ferro, vindos de São Paulo e Minas Gerais, é que as regiões sul e sudeste se desenvolveram, tirando assim a posição privilegiada da região norte no comércio de gado.

A justificativa encontrada pelo escritor Ubirajara Galli (2005) para que a pecuária acontecesse, no primeiro momento, na região norte foi de que, como as terras eram fracas para o cultivo, e naquele momento da história não havia mecanismos de correção do solo para o plantio, e a extração mineral não tinha a mesma força que ganhou o outro extremo, a alternativa foi investir na criação de gado.

No final da primeira metade do século XIX, já com a pecuária um pouco mais fortalecida e bem mais homogênea, Goiás passava a comercializar seu rebanho em duas frentes. Devido à falta de estradas e meio de transporte, o gado era conduzido por tropeiros. Como era muito complicado percorrer longas distâncias conduzindo os animais, as vendas obedeciam a seguinte ordem: o rebanho nortista seguia para os estados da Bahia e Pará, e o sul para Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

Borges (2008) enfatiza que, para compreender bem o papel desempenhado pela atividade pecuária sobre a estrutura produtiva e econômica do povo goiano e o poder histórico constituindo pelos produtores rurais, faz-se necessário reportar à formação e o desenvolvimento da pecuária regional.

A partir do século XIX, até quase que a metade do século XX, a economia goiana dependeu muito da produção da bovinocultura. As exportações de gado foram responsáveis pela maioria da renda do setor agrário e pela maior parte da arrecadação fiscal do Estado.

Com o final das atividades de mineração em larga escala, a cidade de Senhor do Bonfim, hoje Silvânia, foi uma das que mais se destacou na atividade agropastoril.

Ubirajara Galli (2005) relata que, em 1861, já com a população ultrapassando a casa dos seis mil habitantes entre livres e escravos, e para mostrar sua pujança pecuarista na região sul de Goiás, o presidente da província, José Martins Pereira de Alencastro, baixou o ato de número 15:

O presidente da província, em execução ao art. 2º da lei 13 de julho do corrente ano, que criou uma feira de gado ao sul da província, designa a cidade de Bonfim para nela ter lugar a referida feira, que se abrigará pela primeira vez no dia 7 de setembro de 1862 e em época nos anos posteriores.

Façam-se as necessárias comunicações.

Palácio do Governo de Goiás, 31 de agosto de 1861 (apud GALLI 2005 p. 31).

Os trilhos da estrada de ferro chegaram a Goiás, transformando completamente toda a estrutura produtiva e econômica do Estado. Como a pecuária era a principal atividade naquele momento da história, foi ela que mais se modificou. Para ilustrar bem essa transformação, Galli (2005), relata o seguinte:

Personagens seculares da história goiana, os tropeiros, carreiros e peões boiadeiros, bordavam os oitos da então capitania, província e por último, Estado, transportando riquezas e novidades das terras de longe. Eis que chegam os trilhos e, com eles, o fim lúdico e folclórico de uma era, em que o ranger das rodas dos carros de bois, a coreografia da fila indiana dos tropeiros e o berrante que regia sonoramente o compasso das boiadas foram dizimados pelo progresso motriz dos trens e posteriormente pelos carros e caminhões. (p. 33)

Em 1912 as paralelas e os dormentes chegaram à cidade de Catalão, fazendo com que a cidade, em oito anos, sofresse transformações estruturais importantíssimas. Além de se tornar alvo principal dos tropeiros, carreiros e boiadeiros do Estado inteiro, em função do grande movimento pecuarista da região, instalou-se na cidade charqueadas, indústrias de transformação de carne e derivados e curtumes. Em 1920, a cidade de Catalão já era a cidade mais populosa do Estado e o mais importante pólo de investimentos comerciais, por onde passavam milhares de cabeças de gado em direção ao sudeste do país.

Por toda extensão que a estrada de ferro percorria, cortando cerrado, este mesmo fenômeno ia se formando, alimentado principalmente pela pecuária bovina. Eram curtumes, charqueadas, fábricas de manteiga e outros derivados de pecuária bovina.

Em meio a esse grande crescimento da pecuária goiana, eis que surge um farmacêutico e médico para contribuir de forma significativa para o desenvolvimento da pecuária bovina do planalto central do Brasil. Altamiro de Moura Pacheco, juntamente com um grupo de amigos, em 19 de maio de 1941, cria a SGP (Sociedade Goiana de Pecuária), que um pouco mais tarde se transforma em SGPA (Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura).

Ao lado de seus amigos, Altamiro de Souza Pacheco conseguiu, junto ao governador interventor, uma área de oitenta e seis mil e setecentos metros quadrados para, mais tarde, abrigar o Parque Agropecuário de Goiânia.² Como se não bastasse, Altamiro, antes de deixar o comando maior da SGPA, construiu na Avenida Goiás número 47, o Palácio da Pecuária. Altamiro tinha tanta vontade de contribuir com o desenvolvimento da pecuária em Goiás que, por muitas vezes, doou reprodutores puro sangue para regiões menos providas, principalmente o norte do Estado, hoje Estado do Tocantins.

Ubirajara Galli (2005) diz que a pecuária bovina é tão importante para Goiás que até sua capital foi erguida graças aos valentes bois de carro. Eles transportavam tudo, até os rolos compactadores usados para preparar o piso para ganhar a camada de asfalto foram puxados por eles.

Otávio Lage de Siqueira, na década de 1980, dá início a uma novidade na pecuária bovina de corte em Goiás, o sistema de confinamento.

Durante uma viagem aos Estados Unidos, no ano de 1968, época em que era governador do Estado de Goiás, Otávio Lage observou essa novidade praticada com sucesso em terras americanas, e um pouco mais tarde, já desligado do governo goiano, resolveu aplicá-la em sua fazenda no município de Goianésia. Na fase

² O sucesso dessa conquista foi tamanho que, no ano de 2005, na sua 60ª edição, o público presente foi de aproximadamente setecentas mil pessoas, com faturamento de mais de quarenta milhões de reais. Desse total aproximadamente dezessete milhões vieram de leilões de gado. A Exposição Agropecuária de Goiânia é hoje a segunda maior festa de exposição animal do país em se tratando de qualidade de animais. O espaço físico para a realização da festa é de 196.400 metros quadrados.

experimental ele começou com dez cabeças, depois trinta e seis; em 2005 já confinava mais de dez mil cabeças.

Outro político muito importante para o desenvolvimento da pecuária em Goiás foi Ruy Brasil Cavalcante Junior, fundador e presidente por três mandatos seguidos da FAEG (Federação de Agricultura e Pecuária de Goiás). Durante todo tempo em que foi presidente da FAEG e vice-governador de Goiás, defendeu com veemência a agricultura e a pecuária do seu estado junto ao governo federal.

Galli (2005) lembra que o escritor Oscar Sabino, publicou, em 1980, o livro “Goiânia Global”, onde ele aborda vários e importantes assuntos, entre eles os aspectos da pecuária bovina no município de Goiânia. Em sua obra ele fez o seguinte destaque:

A criação de gado representa dado de certa importância na vida econômica do município, especialmente quanto às espécies bovina e suína... As raças bovinas, de preferência gir, nelore e holandesa, concorrem substancialmente para o apuramento dos rebanhos, cujo aproveitamento assinalava, até 1970, 10% destinados à reprodução, 30% ao corte e 60% à produção de leite. Em 1970, houve a importação de 86.830 cabeças. Nesse mesmo ano, a população pecuária (bovina) era de 57.353 (p. 69).

Com origem no continente asiático, especialmente na Índia, onde esses animais são sagrados, o gir e o nelore formam a maioria absoluta do rebanho existente no Estado de Goiás. Alguns estudiosos afirmam, com base em estudos antropológicos, que o gir é um dos animais mais antigos do planeta Terra, e que estes vieram, no passado, junto com os homens do continente africano, onde dividiam espaço antes de migrarem para o continente asiático, de acordo com relato de Galli (2005).

Só a partir do ano de 1911 que os primeiros animais da raça gir pisaram em solo brasileiro, para, em pouco mais de trinta anos, tomarem conta do rebanho do país.

O que fez o gir se destacar em solo brasileiro foi seu porte físico avantajado e com muita força para os trabalhos pesados, grande produção de leite e carne. Durante o seu reinado no Brasil, o gir chegou a alcançar mais de 80% do rebanho. Sua chegada em Goiás aconteceu por volta dos anos 30 e 40 do século XX. Hoje,

em Goiás, assim como no resto do país, os produtores goianos trabalham a espécie exclusivamente para a produção de leite.

Para falar do gir de corte, os médicos veterinários Elmo Rampini de Souza, Iacir Francisco dos Santos, José Chistovan Santos e Miguel Cione Pardi escreveram o livro intitulado “A Epopéia do Zebu”. O período estudado por eles foi de 1944 a 1994. No momento em que falam do gado gir, e da pecuária goiana, dizem o seguinte:

Goiás revelou-se cedo para a pecuária de corte contando também com a tradicional escola dos seus vizinhos mineiros. Suas novilhas sobressaíram desde a fase inicial destes registros. No somatório do período em análise, o estado foi mesmo o maior fornecedor do matadouro-frigorífico em questão. Na fase 1994-64, em que houve o predomínio da raça gir, a carcaça dos novilhos abatidos procedentes de Goiás alcançou um peso médio de 242,8 kg, aproximando-se dos 242,9 kg dos novilhos de procedência paulista abatidos em idêntico período, mostrando-se inferior ao peso dos novilhos mineiros (249,2 kg) e superando os índices dos mato-grossenses (233,2 kg).

Na mesma fase, o rebanho goiano apresentou a média de 428,7 kg para peso vivo e um rendimento em carcaças de 56%. Do ponto de vista qualitativo, mostrou-se apenas superior aos novilhos oriundos de Mato Grosso.

Na etapa intermediária (1965/85), quando ainda se observava o predomínio da raça gir, o peso médio das carcaças evoluiu para 250,5 kg, inferior à média de 252,5 kg ostentada pelos novilhos mato-grossenses.

Em termos de qualidade de carcaças, com base na classificação comercial, o novilho goiano foi ligeiramente superior ao mineiro, na fase de 1976 a 1988, tendo sido superado pelos novilhos invernados nos estados de São Paulo e Mato Grosso.

Na fase atual, de 1986 a 1994, vem-se posicionando com média das carcaças de 269,5 kg, praticamente ao lado dos novilhos acabados nos estados de São Paulo e Minas Gerais e inferior à surpreendente performance dos novilhos mato-grossenses, que pesaram em média 285,3 kg. (apud GALLI, 2005, p. 71).

Outras vantagens importantes encontradas pelos produtores da raça, naquele momento, é que o gado gir se adaptou muito bem ao clima brasileiro; eram animais resistentes às pragas, principalmente o carrapato, e apresentavam baixo custo de produção, por se adaptar muito bem ao regime de pasto.

Segundo dados da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, já no ano de 2000, a região Centro Oeste ocupava o segundo lugar no ranking nacional, com

26% do efetivo brasileiro. Atrás apenas da região Sudeste, que detinha 55% do rebanho nacional.

Já o nelore tem sua marca registrada na Índia por volta de 5.000 antes de Cristo, quando teria chegado conduzido por tribos africanas que invadiram o continente asiático. Com o passar dos tempos, as raças foram aparecendo, como a *nagon*, a *rath*, a *gaolao* e a considerada raça mãe: *hariana*. Nos variados reinos, comandados pelos marajás, faziam-se cruzamentos genéticos desses animais para obterem raças cada vez mais apuradas e diferentes dos seus vizinhos de feudo.

Pesquisadores da atualidade dizem que o nelore de hoje é resultado de cruzamento de nada menos que 14 raças diferentes. E que na Índia a raça nelore conserva suas características milenares por não existir seleção do animal para corte. Lá ela é mantida apenas para o uso em serviços pesados e concursos de força.

No ano de 2000, a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu realizou uma pesquisa, onde relata os primeiros momentos da raça nelore em território brasileiro:

Em 1874, o Barão do Paraná adquiriu um casal do gado ongole em um zoológico de Londres, repetindo a compra em 1877. Em 1878, Manoel Ubehlart Lemgruber comprou um lote no jardim zoológico de Hamburgo. A seguir, passou a encomendar animais diretamente da Índia por empresas especializadas no fornecimento de animais para circos e zoológicos. Dessa maneira, o ongole descoberto pelos brasileiros e migrou para sua nova pátria, onde ocuparia um lugar de destaque no cenário e, partindo dali, chegaria ao mercado mundial. Mais tarde, entre 1900 e 1920, os próprios brasileiros começaram a buscar ongole na Índia, escolhendo os melhores e reservando-os na província de Nelore, antes do embarque. Daí surgiu o nome nelore para esse gado. Ou seja, o gado nelore era o ongole destinado aos brasileiros, que ficava na província de Nelore, enquanto aguardava o navio (apud GALLI, 2005, p. 72).

Já em terras brasileiras o gado ganhou mais alguns cruzamentos, formando as raças guzonel e indubrasil.

Na década de 30, já era possível encontrar alguns animais da raça nelore no Centro Oeste brasileiro. Mas foi na década de 40 do século XX, com a chegada da forrageira brachiaria ³ ao cerrado do Brasil Central, cardápio bem recebido pela raça

³ Gramínea para formação de pastagens, resistentes a pragas e de fácil adaptação aos solos pobres em nutrientes como os cerrados.

nelore, que aconteceu a grande invasão da raça no Centro Oeste, especialmente em Goiás.

Foi na década de 1960 que criadores de Goiás e de outros estados brasileiros importaram reprodutores da Índia para melhoramento genético de seus rebanhos. Nas duas décadas seguintes, o governo federal passou a incentivar os produtores de gado de corte a manejarem unicamente reprodutores da raça nelore. Nesse período, foram selecionados e registrados mais de dois milhões e meio de reprodutores nelores.

Segundo a Associação Brasileira de Criadores de Zebu, foi exatamente por causa desses incentivos que a raça atingiu supremacia no mercado comercial tão rápido, reforçada também que foi pela adaptação ao clima tropical, resistência parasitária e demonstração de independência em conceber suas crias.

A jornalista Naiara Gonçalves publicou na revista Safra, edição de maio de 2005, um artigo revelando a importância da raça para o mercado nacional de bovinos:

Carro-chefe no abastecimento das indústrias exportadoras de carne, o nelore é a raça mais presente nas escalas diárias dos frigoríficos. E os números não param por aí. Nos últimos 10 anos, as fêmeas mais valiosas da história do grupo zebuino comercializadas em leilões, pertenciam à raça nelore. Disparada na frente também está a venda de sêmen de touros nas principais centrais de inseminação de Brasil. Técnicas como a transferência de embriões (TE), a inseminação artificial (TA) e a fecundação in vitro (FIV) ganharam impulso, espalhando-se por todo o país, em função da procura pela raça (p. 73).

Em 2005, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicou dados, informando que o rebanho goiano de nelore ocupava a quarta posição no ranking nacional, com um efetivo de vinte e dois milhões de cabeças. No topo da lista se encontrava o estado de Mato Grosso, com vinte e sete milhões de cabeças, em segundo lugar estava Mato Grosso do Sul, com vinte e cinco milhões, e Minas Gerais em terceiro, com vinte e três milhões.

Não é novidade pra ninguém o franco domínio da raça nelore no Estado de Goiás, porém existem outras raças que proporcionam uma diversidade muito grande nas pastagens do Estado, a saber: **Brahman** – animal originário dos Estados Unidos

é o resultado do cruzamento das raças nelore, gir, guzerá e krishna valley. Há pelo menos uns 15 anos chegou a Goiás. Ela se adapta muito bem às altas temperaturas, sendo um animal bom para o manejo de corte; **Canchim** – Resultado sintético do cruzamento do charolês francês com o nelore. Chegou às pastagens de Goiás na segunda metade da década de 80. Sua carne é apreciada pela boa e não excessiva gordura entranhada, que a deixa muito macia; **Holandesa** – Como o próprio nome traduz, veio do país baixo europeu, a Holanda. Desembarcou em Goiás na década de 30. É um animal dócil, senão o principal, um dos principais produtores de leite mundial; **Girolando** – Desembarcou em Goiás na década de 60. Considerada uma raça brasileira, surgiu do cruzamento do gir com a holandesa. Sua adaptação a vários tipos de manejo favorece a sua criação. Também é ótimo produtor de leite. Ao lado dos seus pais biológicos (Gir e Holandesa), são os responsáveis por cerca de 80% da produção nacional de leite; **Jersey** – Originário de uma pequena ilha encravada no famoso Canal da Mancha, entre a Inglaterra e a França, porção de terra que pertence a Grã-Bretanha. A raça desenvolveu-se a partir do ano de 1100. Desde o século XVIII não se permite na ilha a entrada de qualquer outra espécie de gado. Mesmo a Jersey, que de lá saiu para todos os cantos do mundo. Independente do propósito da saída, não é permitido o seu retorno. Essa tomada de posição faz da Jersey uma raça super apurada. No Brasil, chegou no ano de 1896, aportando no Rio Grande do Sul. Em 1930, foi oficializada pelo Ministério da Agricultura do Brasil. Estima-se que o rebanho Jersey em Goiás esteja próximo a três mil cabeças. A grande vantagem que os produtores goianos alegam para o seu manejo é a rápida conversão alimentar transformando em leite. O detalhe especial disso tudo é a qualidade do seu leite, que apresenta um teor de 20% a mais de proteína e 15% a mais de cálcio mineral, em relação a outras raças; **Pardo Suíço** – Marca presença em Goiás desde a década de 80. Também de origem européia, Suíça, terra de boas barras de chocolate, tem a duplicidade de manejo para leite ou para corte. Desfavorável à sua criação em terras do cerrado é a sua facilidade para contrair parasita. Do seu cruzamento com o nelore surgiu a raça tri-cross, e de mais um cruzamento com o gir, chegou-se ao giropar; **Tabapuã** – Tem sua origem na Índia. Desde a década de 1940, bate cascos pelos cerrados de Goiás. Além de ser um bom produtor de leite, tem facilidade de cruzamento com todas as raças. Ocupa o segundo lugar no ranking no país em registros. Entre a raça zebu, ele é o mais precoce de todos os parentes. É o pai biológico da raça tabanel;

Simental – É uma raça que pode ser criada para o corte ou para o leite. Precoce sexualmente, suas fêmeas estão prontas para serem fertilizadas aos 15 meses de idade. De origem européia, veio também das frias terras da Suíça.

A pecuária bovina goiana, em pleno vôo de crescimento econômico, foi bruscamente interceptada, na década de 1980, pela febre aftosa. Detectada na Europa no século XVI, mais precisamente na Itália, essa doença espalhou-se rapidamente pelo mundo. No século XIX, a doença contava com presença marcante nos continentes europeu, asiático, africano e americano.

O impacto foi tão grande que o Estado amargou alguns anos com exportação zero. Mas em 2005, mesmo sofrendo com os altos valores cobrados pela vacina, os produtores goianos puderam comemorar dez anos sem um único caso da febre aftosa.

O foco da febre aftosa foi o principal vilão causador de um grande retrocesso no contínuo avanço da pecuária bovina de corte em Goiás. Nas décadas de 1980 e 1990 causou um grande prejuízo econômico aos produtores, principalmente em se tratando de comercialização para mercados externos. Países imunizados da doença, principalmente aqueles que integram o Mercado Comum Europeu, os Estados Unidos e Japão, deixaram de importar carnes e produtos derivados. Sem falar do desastre acontecido no mercado interno de carne e leite.

CAPÍTULO II

A PECUÁRIA BOVINA DE CORTE EM GOIÁS

A pecuária bovina de corte esteve sempre presente na vida do goiano. Inicialmente como base alimentar que sustentou, juntamente com a agricultura de subsistência, o estado de Goiás em todo o período extrativista.

Do final do ciclo do ouro até as primeiras décadas do século XX, quando a economia goiana começou a sofrer as influências da Marcha para o Oeste, movimento criado pelo governo Getúlio Vargas, objetivando a interiorização da economia brasileira, Goiás foi sustentado basicamente pela pecuária. Nesse período, a pecuária foi a base da alimentação, a principal força de trabalho e o produto de exportação que garantia a importação de produtos necessários à sobrevivência do povo goiano.

Borges (2000) esclarece que a pecuária bovina de Goiás se desenvolveu, principalmente, como atividade complementar a outras economias regionais. A título de exemplo, no período colonial, Goiás já exportava gado para abastecer a indústria açucareira do Nordeste. No período imperial, Goiás passou a exportar gado para abastecer de carne o movimento expansionista cafeeiro no Oeste paulista. Assim, desde o início da formação da pecuária em Goiás, sua função sempre foi, além de abastecer o mercado interno, servir aos mercados de outras regiões.

2.1. OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Mas foi a partir da década de 1960 que a pecuária bovina avançou significativamente. Silva (2007) lembra que a expansão da bovinocultura em Goiás se deu, principalmente, porque a grande maioria das lavouras temporárias, a partir

do terceiro ano de exploração com plantio de grãos, tempo legal exigido pelo sistema financeiro a essa prática, era transformada em pastagens.

Silva (2007) destaca ainda que, além das pastagens procedentes das áreas usadas pela agricultura, a bovinocultura de corte foi impulsionada por programas de incentivos. Os principais foram os do CONEPE (Conselho de Desenvolvimento da Pecuária de Corte), financiados pelo BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento) e pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), no início da década de 1970, o Programa Nacional de Pastagens (com início em 1975) e o Programa Nacional da Pecuária (de 1975).

Estes programas foram de fundamental importância para o aperfeiçoamento técnico produtivo, melhoramento genético e ampliação do rebanho bovino goiano.

Vale lembrar que, um pouco mais cedo, quando Goiás era apenas campo de criação de animais, seus pecuaristas já começavam a se movimentar no sentido de se organizarem para se defenderem da submissão dos campos de engorda e a indústria frigorífica localizada no sudeste brasileiro.

Borges (2008) atesta que a pecuária do Brasil Central ganhou forças exatamente a partir de 1941, com a realização do primeiro congresso da pecuária bovina de corte, realizado em Barretos, com a presença de autoridades federais, estaduais, municipais e pecuaristas de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo.

O principal objetivo deste congresso era exatamente formar uma maior integração, entre os campos de criação de gado no Sul do Mato Grosso, Sudoeste Goiano e Triângulo Mineiro, com os campos de engorda e a indústria frigorífica em Barretos. Como fazer isso? Criando linhas aéreas interligando as principais cidades, construindo pontes sobre os maiores rios desta região central, e estradas para facilitar o transporte das boiadas até Barretos.

Além disso, nesse congresso foram reivindicados, para autoridades governamentais, subsídios para o setor agrário, do tipo: isenção fiscal, fretes mais baratos para transporte dos bois e suprimentos, financiamentos a juros mais baratos. Ou seja, os produtores buscavam, junto aos governantes, financiamento da produção, incentivos fiscais, implantação de infra-estrutura, políticas de preços para

os produtos animais, diretrizes para a produção de carne destinada ao comércio interno e externo e a nacionalização da indústria frigorífica.

Os agentes do governo federal participaram ativamente desse congresso em Barretos, juntamente com as lideranças rurais, pois achavam que este fosse um passo muito importante para o progresso da Macha para o Oeste. Pois a mesma estrutura montada para levar a matéria prima (gado) para a indústria frigorífica na Região Sudeste do país, seria a mesma a trazer o desenvolvimento econômico para o interior do país.

Sobre isso Borges (2008) disse o seguinte:

...o desenvolvimento da atividade pastoril no centro do país transcendia aos interesses econômicos imediatos do setor agrário tradicional para penetrar no terreno da política expansionista e demográfica do Estado Novo. Os congressistas, políticos e agentes do governo procuraram conduzir os debates para além das questões técnico-financeiras, restritas à organização da pecuária, para adentrar no terreno da política de ocupação do Governo Vargas (p.53).

Dois anos mais tarde (1943), com a finalidade de encontrar um ponto de equilíbrio entre os interesses do estado maior e a liderança pecuarista, foi realizado o segundo congresso pecuarista do Brasil Central. Sediado em Campo Grande, teve praticamente as mesmas lideranças, só que desta vez organizados em sindicatos e com muito mais poder de decisão, já que o Centro-Oeste havia se transformado na maior fronteira econômica do país.

Nesse momento, o governo federal encontrava muitas dificuldades para manter o domínio da propriedade da terra. Enquanto Vargas desejava implantar pequenas propriedades de camponeses nas áreas de fronteira, os pecuaristas fortalecidos buscavam ampliar suas propriedades, invadindo terras do Estado, muitas vezes usando a força.

A maioria dos temas discutidos nesse segundo encontro foram os mesmos já editados no primeiro. Por exemplo, um deles, talvez o mais debatido, fosse a imposição dos líderes pecuaristas de Goiás e Mato Grosso, para que os governantes limitassem as empresas frigoríficas quanto à recria e engorda de gado. Eles pressionavam as autoridades para que estas fases fossem realizadas no

mesmo local da cria, e que, ao contrário de transportar o gado para as indústrias frigoríficas, estas fossem implantadas nos estados criadores.

Na inexistência de possibilidades de industrialização imediata, os produtores goianos e mato-grossenses reivindicavam do governo federal a imediata isenção de impostos interestaduais de exportações, modernização e ampliação dos meios de transportes, ferroviários e rodoviários, e a retirada dos chamados postos de fronteira, que cobravam outros impostos.

Em 1945 foi realizado o terceiro e último encontro promovido pela Federação Pecuária do Brasil Central. Com o fim do regime autoritário, os interesses nacionais se generalizaram, o governo central deixou um pouco de lado a questão ruralista. O associativismo centroestino se fragmentou, fazendo com que Federação Pecuária do Brasil Central perdesse sua força. (BORGES, 2008)

Este encontro foi realizado em Goiânia, quando a cidade era um canteiro de obras. Sua realização na capital do Estado de Goiás foi motivada, principalmente, por interesse político, pois Getúlio Vargas considerava a construção da nova capital uma de suas maiores realizações para a interiorização da economia brasileira. O congresso de Goiânia teve como destaque não só as discussões que afetavam o desenvolvimento da pecuária regional, mas a divulgação das conquistas da indústria pecuária no Centro-Oeste.

A Sociedade Goiana de Pecuária foi promotora do evento, que contou com a participação do Ministério da Agricultura, do Interventor Federal em Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, e do Prefeito de Goiânia, Venerando de Freitas.

Segundo a comissão organizadora do evento, o que estaria em pauta seriam os assuntos relacionados ao aumento da produção geral de gado de corte, as atividades pastoris exercidas pelas indústrias frigoríficas, o uso da inseminação artificial, financiamento de construções rurais e máquinas e equipamentos agrícolas, localização e produção de charque no Brasil Central, formação de cooperativas de produtos pecuários industrializados e sua distribuição, além de vários outros assuntos ligados ao processo de industrialização pecuária no meio centroestino.

Entretanto, o assunto mais discutido foi o problema do financiamento para o setor agrário. Principalmente porque o setor da pecuária de corte atravessava uma

grave crise financeira. Por isso, o presidente do Conselho Administrativo do evento, Galeno Paranhos, enviou um telegrama ao governo federal dizendo o seguinte:

Exmo.sr. Presidente Getúlio Vargas, nós fazendeiros do Brasil Central hoje reunido na sede da Sociedade Goiana de Pecuária, a fim ouvir o relatório da comissão enviado pelo III Congresso Pecuário a essa capital no intuito de solicitar de seu patriótico governo providências para o amparo da classe ante a política monetária de combate à inflação de crédito, no sentido de valorização do cruzeiro, pedimos vênica para encarecer a V. ex. a urgente necessidade de concessão de crédito em longo prazo, a preços módicos, com garantia real, único meio de evitarem graves e irrecuperáveis prejuízos pairando sobre os destinos de uma das principais fontes da economia nacional. (apud Borges, 2008, p. 66)

O que os produtores queriam, realmente, era a prorrogação dos prazos para pagamento de seus débitos juntos ao Banco do Brasil, por mais dez anos, a juros de 5%.

No congresso de Goiânia voltou a ser debatida com veemência a questão da regionalização da indústria da pecuária. As autoridades governamentais, juntamente com os produtores de Goiás e Mato Grosso, não admitiam mais a tese do governo federal da nacionalização da indústria frigorífica. Eles se sentiam prejudicados nas transações comerciais com os invernistas e grupos industriais do Estado de São Paulo, que tinham o controle sobre a compra de animais produzidos na região central do Brasil. O presidente da Sociedade Goiana de Pecuária, Altamiro de Moura Pacheco, defendia firmemente a idéia da industrialização do boi em seu habitat.

Para Altamiro Pacheco, a solução para o problema estava na implantação de um centro de indústrias de transformação dos produtos da pecuária próximo a cidade de Goiânia, para aproveitar a grande potencialidade do seu entorno. Sobre este aspecto ele disse o seguinte:

Goiás, com cinco regiões pecuárias distintas – Centro, Sul, Sudeste, Planalto e Norte – tomando-se o município de Goiânia como ponto de eleição para nele se localizar a indústria, encontra-se, desafiando qualquer competição no Brasil Central, três zonas criatórias e duas de recria e engorda em condições de privilégio tal, que podem fornecer a matéria prima, sem problema de continuidade em todo e qualquer período no ano. (p. 18)

Pacheco (1972) lembra ainda que, além de Goiânia estar no centro da matéria prima, solucionaria o problema de abastecimento de carne de grandes centros consumidores, como Distrito Federal, São Paulo, Santos e outros.

Para o presidente da Sociedade Goiana de Pecuária, Altamiro de Moura Pacheco, sem uma indústria frigorífica do mesmo nível da produção pecuária de Goiás, o desenvolvimento do setor estaria irremediavelmente prejudicado. A dependência dos mercados do Sudeste, sujeito à flutuação constante de preço do produto goiano, anularia todo esforço dos produtores.

A idéia do governo federal de criar um grande frigorífico nacional, tema debatido desde o primeiro encontro, perdeu força exatamente por causa da falta de consenso entre os pecuaristas. Barretos não admitia a instalação em outra localidade, pois já tinha toda estrutura montada (recria, engorda, abate e industrialização). Por outro lado, como os criadores do centro do país não tinham força política, e tão pouco econômica, para trazer toda essa estrutura para perto deles, reivindicavam que essa industrialização fosse regionalizada.

A principal alegação dos produtores centroestinos era de que, devido à precariedade dos meios de transportes, os animais, na maioria das vezes, tinham que ser conduzidos até a região industrial por tropeiros. Esse processo era muito demorado, caro, os animais perdiam muito peso e alguns adoeciam e morriam. O prejuízo era muito grande.⁴

Borges (2008) assinala que, até mesmo antes do primeiro encontro da Federação Pecuária do Brasil Central, a luta pela implantação da indústria da carne já existia. Um exemplo disso foi em 1940, quando o Conselho Técnico de Economia e Finanças, órgão de planejamento do governo estadual, reivindicou a instalação do Grande Frigorífico Nacional em território goiano, justificando que o Estado de Goiás contava com uma pecuária de corte em plena expansão, se localizava no centro do país e das regiões produtoras de gado.

A partir do congresso de Goiânia, as contradições de interesses se agravaram ainda mais, entre os produtores do Centro-Oeste e os grupos paulistas que controlavam o comércio nacional e as exportações de carne brasileira.

⁴ Estevam (2004) lembra que esse processo de exportação do rebanho goiano, via condução dos animais por velhas estradas de terra, perdurou por mais de um século.

Nesse momento, com o fim do Estado Novo, desencadeou-se uma crise financeira sobre a pecuária brasileira, fazendo com que o processo de industrialização em Goiás ficasse pra depois.

O Governo Gaspar Dutra, por sua vez, reduziu drasticamente as concessões de empréstimos para o setor ruralista. Com isso, os produtores, endividados, tiveram que recuar, e voltar para a antiga rotina de exportação.

Essa crise na pecuária bovina de corte se arrastou por logos anos. Borges (2008) diz que, no início dos anos de 1960, o presidente da Sociedade Goiana de Pecuária, Carlos Machado de Araújo, reclamava da falta de crédito e queda dos preços da arroba do boi no mercado. O líder classista, em entrevista ao Jornal Quarto Poder, de Goiânia, edição de 31 de março de 1963, disse o seguinte:

...as nossas exportações quase que se anularam, diante da restrição de crédito, ou talvez de surto de desconfiança de que foi tomado o povo brasileiro. A situação atual é de dificuldades para os fazendeiros goianos, com reflexos marcantes na exportação do gado. Temos cerca de cento e cinqüenta mil bois estocados nas invernadas e não temos compradores. (p.9)

O Jornal O Popular, de 25 de janeiro de 1958, publicou uma matéria relatando que um dos principais problemas que dificultava muito a liberação de verbas para o setor pecuário, era o grande número de golpes aplicados pelo setor agrário. A bancada ruralista no Congresso Nacional, muito atuante, dava cobertura para os golpes milionários aplicados pelos pecuaristas. Essa prática foi muito utilizada a partir dos anos de 1950, quando o Senador Vitorino Freire , apresentou no Congresso Nacional, um projeto de lei que alongava o prazo para o pagamento da dívida dos pecuaristas junto ao Banco do Brasil. A renegociação foi um artifício usado por muitos anos pelos pecuaristas para não saldarem seus milionários financiamentos.

O movimento associativo pecuário ganhou forças em Goiás a partir dos anos de 1940, principalmente com o nascimento da Sociedade Goiana de Pecuária. Esta entidade surgiu com o firme propósito de racionalizar a produção de gado de corte e combater fortemente a reforma agrária e as mudanças sociais no campo. Ou seja, propunha a modernização da pecuária sem mudanças nas estruturas fundiárias e nas relações de trabalho no campo.

O Ministério da Agricultura, desde os anos de 1930, havia adotado uma política de padronização do rebanho brasileiro, a fim de melhor abastecer o mercado nacional e aumentar as exportações de carne bovina. Uma das medidas tomadas para o aumento da rentabilidade do rebanho bovino em Goiás, a partir da segunda metade do século XIX, foi o melhoramento genético; além da simples substituição do gado curraleiro,⁵ também conhecido como pé duro, pelo gir, gado até então criado na bacia do Rio Grande, em Minas Gerais. Foi o cruzamento dessas duas raças que deu origem a um gado com maior produtividade e rusticidade suficiente para se desenvolver nas pastagens de cerrado.

Segundo reportagem do Jornal Brasil Central, de 27 de setembro de 1959, nas exposições agropecuárias de Goiás, aproximadamente 90% dos animais expostos era da raça gir ou indubrasil, raça resultante do cruzamento daquela com os animais que aqui estavam desde o período colonial.

O indubrasil foi o gado ideal para aquele momento (final da década de 1940 ao início da década de 1960), pois se adaptou muito bem às pastagens nativas, sendo um animal de carcaça bem mais avantajada e forte o bastante para se locomover dos locais de criação (Goiás) até o ponto de abate (São Paulo).

E sobre a já mencionada padronização do rebanho de corte baseado no cruzamento de raças, Artiaga (1942) disse que a fazendeiro goiano foi levado a compreender a realidade do negócio. Era de fundamental importância a criação de um boi comercial, um produto econômico voltado para atender as exigências do mercado nacional e, principalmente, internacional, de carne. Era preciso um animal de grande produtividade, com carne de pouca fibra, saborosa, capaz de alcançar a preferência dos ingleses, instalados em Barretos, que tinham em suas mãos o monopólio dos negócios provenientes do território goiano.

Bertran (1988) refuta a tese de que Goiás sempre teve vocação para a criação de gado de corte. Ele firma que o domínio econômico da pecuária bovina em Goiás, durante quase todo o século de XIX, e boa parte do século XX, se deu, não

⁵ Gado de baixa produtividade econômica por ser de pequeno porte e produzir pouco leite, mas, muito resistente a doenças e parasitas e capaz de se adaptar às condições mais adversas. É o gado mais brasileiro que temos, segundo a EMBRAPA, pois habitam nosso país a mais de 400 anos, quando aqui chegaram oriundos da Península Ibérica.

pelo seu caráter inato, mas pela falta de recursos financeiros de sua população e de terras de cultura. Portanto o que dificultava o desenvolvimento da agricultura era a falta de mão de obra e, principalmente, a escassez de capital. Além disso, o solo de cerrado é ácido, pobre em nutrientes e não havia mecanização na época.

Não dá pra negar que a teoria de Bertran (1988) é considerável. Mas não é bastante considerar que os fatores econômicos, naturais e populacionais expliquem o predomínio da criação de gado em Goiás. A tendência para pecuária decorreu, sobretudo, da forma pela qual o setor estava inserido no contexto inter-regional.

O rebanho bovino goiano cresceu muito no século XX, impulsionado pela demanda por carne e seus derivados, principalmente no período das duas grandes guerras. Essa demanda por alimentos no mundo fez com a pecuária de corte goiana, além de crescer em números, se racionalizasse.

Conforme dados do IBGE (1956), no início dos anos de 1940, o rebanho bovino em Goiás já alcançava aproximadamente três milhões de cabeças e exportava mais de trezentos mil bois por ano. Em 1950, o rebanho aproximava de quatro milhões, e em 1956, já ultrapassava os seis milhões. Nessa época, Goiás era o quinto maior produtor do Brasil, atrás apenas de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso. (Quadro 04)

Quadro 04 – Goiás – Evolução da População Pecuária (em milhares de cabeças) de 1940 a 1959.

Anos	Bovinos	Equinos	Asininos	Suínos
1940	2.957	381	41	654
1946	3.766	478	79	1.493
1948	4.123	502	153	1.330
1950	4.562	539	185	1.750
1952	4.884	286	222	2.360
1953	5.257	609	244	2.711
1955	5.817	683	280	3.263
1956	6.040	720	302	2.777
1957	6.305			
1958	6.674			

1959	6.756			

Fonte: IBGE. Anuários Estatísticos do Brasil, 1940 a 1959.

No Sul e Sudeste goiano encontrava-se o maior e melhor rebanho do estado. A produção destas regiões estava diretamente ligada ao mercado do sudeste do país. Era no Triângulo Mineiro que os goianos buscavam as matrizes e os reprodutores de raça apurada para o melhoramento genético de seus rebanhos. Além dessa parceria comercial, era pelas cidades mineiras de Araguari e Uberaba, já interligadas por estradas de ferro ao grande centro paulista, que os goianos de toda extensão meridional exportavam os produtos oriundos da pecuária bovina.

Infelizmente, para a economia goiana, as regiões norte e nordeste do estado não tiveram a mesma sorte. Completamente isoladas comercialmente do resto do país, não tinham como melhorar seu plantel, continuavam com seu rebanho nativo de baixa qualidade e pouco valor comercial. A maioria das fazendas continuava organizada de forma tradicional. As fazendas não tinham divisões de pastagem, o gado era criado solto. (BORGES, 2000)

De acordo com dados do IBGE, nos últimos anos o rebanho bovino goiano vem crescendo a uma média de 1,12% ao ano. Um pouco mais lento que a média nacional, que foi de 1,78%. Goiás, que no ano 2000 tinha um efetivo um pouco maior que dezoito milhões de cabeças de animais, no final do ano de 2008 esse rebanho já se aproximava de vinte milhões e quinhentas mil cabeças.

Conforme dados do último censo agropecuário, Goiás possui o quarto maior rebanho bovino do Brasil, atrás apenas dos estados de Mato Grosso, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul.

O rebanho brasileiro, de forma geral, sofreu uma redução considerável de 2005 para 2007, mas, em alguns estados, essa redução foi ainda maior, principalmente por causa da substituição de pastagens naturais de campo por lavouras. Mato Grosso do Sul é um exemplo claro desse fenômeno. Se continuar nesse ritmo, dentro de pouco espaço de tempo perderá o posto de terceiro colocado na produção de gado para o Estado de Goiás. (Quadro 05)

Quadro 05 – Rebanho Bovino no Brasil e Unidade da Federação

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Brasil	169.875.524	176.388.726	185.348.838	195.551.576	204.512.737	207.156.696	205.886.244	199.752.014	202.287.191
Minas Gerais	19.975.271	20.218.911	20.558.937	20.852.227	21.622.779	21.403.680	22.203.154	22.575.194	22.369.639
Mato Grosso do Sul	22.205.408	22.619.950	23.168.235	24.983.821	24.715.372	24.504.098	23.726.290	21.832.001	22.365.219
Mato Grosso	18.924.532	19.921.615	22.183.695	24.613.718	25.918.998	26.651.500	26.064.332	25.683.031	26.018.216
	18.399.222	19.132.372	20.101.893	20.178.516	20.419.803	20.726.586	20.646.560	20.471.490	20.466.360

Fonte: IBGE - 2009

O criador de gado de corte no Brasil divide o manejo em três etapas: cria, recria e engorda.

2.1.1. A cria

Este período é compreendido desde o nascimento do bezerro até o apartamento para desmama.

Segundo Corrêa (1996), no Brasil Central, a preferência dos produtores de gado de corte é para que os animais nasçam na estação seca, quando são baixas as incidências de doenças e parasitas. A desmama acontece geralmente no final do ciclo das chuvas, quando o animal já se encontra com a idade entre seis e sete meses de idade. A desmama é feita nesta época para preservar o desempenho produtivo da vaca com a chegada do novo período seco.

Para que o filhote não perca o desenvolvimento de sua estrutura corporal, quando apartado, deve receber suplementação alimentar até alcançar o novo período chuvoso.

A EMBRAPA orienta os produtores sobre os cuidados que eles devem ter com os animaizinhos, desde o seu nascimento até o início da fase de recria.

O primeiro passo é cortar e desinfetar o umbigo do animal, depois verificar se o animal consegue mamar com desenvoltura, pois é de fundamental importância que o bezerro mame o colostro; manter a mãe e o filhote em pasto-maternidade durante as primeiras semanas para facilitar a assistência e evitar possível pisoteio de animais adultos. (CORRÊA, 1996)

Conforme disposto no site da APROVA (Associação dos Produtores do Vale do Araguaia), para produzir bezerros saudáveis, além do que já foi dito antes, se faz necessário programar a época da monta para evitar o nascimento dos animais no período chuvoso. Animais nascidos nessa época, principalmente no Vale do Araguaia, localidade de planície bastante alagadiça, sofrem muito e ficam mais dispostos a doenças. Algumas medidas são tomadas para garantir a saúde dos animais, tais como: o corte e a cura do umbigo devem ser feito no mesmo dia do nascimento para evitar contaminação; assegurar que o animal mame o colostro⁶; descartar vacas de tetas grandes; combater os ectoparasitos⁷ e evitar manejo intensivo em currais e bretes. Na produção de gado de corte, os criadores não estão preocupados com o volume da produção de leite, mas com praticidade.

Mourão e Corrêa (1996) afirmam que, apesar de ser uma prática comum aos criadores de corte do pantanal mato-grossense, em Goiás também se costuma praticar a desmama precoce, que tem por objetivo acelerar o processo reprodutivo. A separação dos bezerros três meses após o nascimento permite que a desmama aconteça ainda dentro da estação de monta, aumentando, assim, as chances de uma nova concepção.

Mas para que isso aconteça sem maiores problemas, são necessários alguns cuidados adicionais, como: usa *creep-grazing* (pasto adicional com acesso somente

⁶ Substância produzida pela vaca, com riqueza superior a quatro vezes ou mais de proteína, vitaminas e minerais que o leite normal, o colostro vai da primeira mamada até no máximo sete dias após o parto. À medida que o bezerro vai mamando, a composição do colostro vai se aproximando à do leite, isto é, os teores de proteínas, vitaminas e minerais vão diminuindo e, em contrapartida, os teores de água, gordura e lactose aumentam até o leite ficar completamente limpo.

⁷ bernes, carrapatos e mosca-do-chifre

aos filhotes) ou *creep-feeding* (cocho com ração especial, com acesso somente aos filhotes), por meio dos quais os bezerros se acostumam a ingerir alimentos sólidos antes da desmama; não apartar animais com menos de noventa kilos de peso corporal; procurar não fazer essa separação na estação seca e usar pasto apropriado; fazer a suplementação alimentar com ração apropriada, no mínimo por dois meses após a desmama, se possível com um composto de milho mais 21% de farelo de soja e minerais, ou milho mais 2 a 3% de uréia e minerais. Também é bom não movimentar muito com os animais após a separação da mãe (mudança de piquete, transporte ou comercialização).

Existe uma dificuldade um pouco maior para fazer a desmama precoce em animais da raça zebuína porque eles iniciam a ruminação⁸ um pouquinho mais tarde, depois dos trinta dias de nascidos. Os taurinos começam a pastar e ruminar entre duas e três semanas de idade, com tempo médio de pastejo de três horas por dia. Daí até cento e vinte dias de vida, eles aumentam o tempo de pastejo diariamente alcançando um tempo de 38% do dia, ou período equivalente a 60% do tempo de pastejo de um animal adulto.

Para agilizar a desmama deve ser oferecido, aos filhotes, espécies de pastagens de alta qualidade, caracterizadas pelo alto teor de proteínas, baixos teores de fibras, alta digestibilidade e aceitação. Comumente os produtores de gado de corte usam piquetes com grama *coastcross*, milheto ou leguminosas do tipo estilozante Mineirão ou Leucena. Para os animais criados em campos de pastagens naturais, ainda comum no norte do estado de Goiás e no Pantanal mato-grossense, são feitos plantios de pequenas áreas, cercadas, dentro das invernadas de cria, de forma que só os pequenos animais tenham acesso (*creep-grazing*).

A APROVA (Associação dos Produtores do Vale do Araguaia) orienta, através do seu site, para que criadores de gado de corte que planejam fazer a terminação de seu rebanho no sistema de confinamento, antes que o animal alcance a idade de dois meses, descorne principalmente os bezerros mestiços, com o objetivo de facilitar o manejo e evitar ferimentos provocados pelos chifres. São usados dois métodos de descorna, um com ferro quente e outro com bastão de soda caustica,

⁸ Ato de deglutir os alimentos para uma nova mastigação. Este processo de digestão é característico dos animais artiodátilos herbívoros como os bovinos.

ambos são eficientes quando aplicados em animais jovens. O uso de bastão de soda caustica não deve ser usado em dias com possibilidades de chuvas.

2.1.2. A recria

A recria começa logo após a desmama e vai até a época da engorda, que varia muito de acordo com os interesses dos produtores, o tipo físico e a raça dos animais.

Normalmente, logo no início desta fase os animais são vermifugados e vacinados. Recebem doses de vermífugos de largo espectro, com poder de atuação contra todos os tipos de vermes, desde o nascimento, de forma continuada, até a idade de vinte quatro meses.

Na fase inicial da recria, não muito comum, alguns criadores de gado de corte separam os animais machos das fêmeas, mas a maioria faz essa separação aos doze meses de idade.

Corrêa (1996) afirma que, a hora de separar as novilhas de corte é com a idade de vinte quatro meses. Com essa idade, além de um bom desenvolvimento corporal, as novilhas já apresentam as características reprodutivas. Na verdade, os descartes, como dizem os produtores sobre o ato de excluir as fêmeas do rebanho de matrizes, começa na desmama, quando são identificados os animais de pouco desenvolvimento corporal ou com pequenos defeitos. Como os produtores, para não deixarem que seus rebanhos cresçam exageradamente, têm que descartar parte de seu rebanho de fêmeas, aos dezoito meses de idade faz-se nova seleção de descarte, também com base nas características físicas. O último descarte acontece quando as novilhas alcançam aproximadamente a idade de dois anos, sendo chamado de diagnóstico de gestação. Aquelas novilhas que não conseguem prenhez são imediatamente descartadas e repassadas para o rebanho de corte.

Em todo o ciclo de vida do animal de corte, é na fase da recria que os produtores do Brasil Central gastam menos. Os animais em recria usam as piores pastagens. Como o animal na fase de cria recebe uma suplementação especial,

desenvolve muito sua estrutura corporal, na recria ele só perde um pouco de peso, mas pode repor com muita facilidade quando começa a receber uma alimentação mais consistente; é o chamado ganho compensatório, ou o aumento na taxa de ganho em peso dos bovinos quando voltam a ser bem alimentados, após terem passado por um período de restrição alimentar. A idade do animal, a severidade e a duração do período de restrição alimentar podem fazer variar muito o ganho compensatório quando os animais voltarem a receber boa alimentação. Portanto, se faz necessário ter bastante cuidado, suplementar bem os bezerros, não desmamar o animal muito novo e evitar períodos muito longos de restrição alimentar.

No manejo sanitário para os animais machos em recria, recomenda-se a vacinação contra carbúnculo sintomático e gangrena gasosa logo após a desmama e com um ano de idade; vacinar regularmente contra aftosa, com vacina oleosa, conforme calendário estabelecido pelo órgão estadual de defesa sanitária animal; fazer a vermifugação nos meses de maio, julho e setembro, começando logo após a desmama e se estendendo até o animal completar dois anos de idade; e combater os ectoparasitos ao longo do período da recria.

Quanto à castração, a idade ideal para a castração dos tourinhos varia conforme o início de sua atividade sexual. Os mestiços geralmente começam sua maturidade sexual bem mais jovem que os animais da raça zebuína, por isso devem ser castrados mais cedo, para não dificultar o manejo. Mas, de forma geral, recomenda-se que a castração aconteça com idade média de dezoito meses, e na estação seca. Dentre os vários processos de castração existentes, o mais recomendado é a cirurgia. (CORRÊA, 1996)

Além de facilitar o manejo, a castração ajuda a dar uniformidade de carcaça aos animais e qualidade na carne produzida. Os machos inteiros apresentam maior ganho de peso, carcaça com menor teor de gordura e marmoreio. Quanto ao paladar, os testes indicam pequena diferença em favor da carne produzida de animais castrados. Como os animais não castrados apresentam maior rendimento, o ideal é não castrá-los, se o abate for realizado antes dos dois anos de idade.

No sistema recomendado pela Embrapa para recria de gado de corte, embora as técnicas de manejo sejam as mesmas para machos e fêmeas, os animais devem ser separados entre doze e quatorze meses de idade, ser bem alimentados, receber

suplementação mineral, e ter acesso a alguma leguminosa no período da seca; devem ser vacinados no início da recria e seis meses depois, com vacina polivalente contra carbúnculo, gangrena e aftosa. As fêmeas devem ser vacinadas contra brucelose; e tanto os machos quanto as fêmeas devem, ainda, serem vermifugados da desmama até os dois anos de idade; sempre que necessário fazer o controle de ectoparasitos.

Normalmente, a recria se estende da desmama até a idade de vinte e quatro a trinta meses, quando os machos vão para a engorda e a maioria das fêmeas são incorporadas ao rebanho de vacas reprodutoras. Na fazenda tradicional, onde a criação é extensiva, a fase da recria pode prolongar um pouco mais, comumente vai até a idade de três anos.

Para Corrêa (1996), a participação das fases de cria, recria e engorda na composição dos rebanhos e no ciclo produtivo do gado de corte no Brasil Central obedece a seguinte ordem:

As categorias de animais que integram as fases de cria e recria representam de 88 a 90% do rebanho, e essas duas fases ocupam de 80 a 85% do ciclo produtivo do gado de corte. Os animais em engorda (vacas e bois descartados) representam 10 a 12% do rebanho e o processo de engorda corresponde de 15 a 20% do ciclo produtivo (p. 49).

2.1.3. A engorda a pasto

Para que os animais engordados a pasto tenham uma produtividade constante é importante que tenham suplementação alimentar no período seco. Economicamente não é viável que se mantenha a suplementação na estação chuvosa. Para que sejam obtidos bons ganhos em peso é indispensável que o pasto tenha boa disponibilidade em forragem, em torno de três toneladas de matéria seca por hectare.

A idade para o início da engorda varia de acordo com as condições de manejo aplicadas, o tipo de alimentação, as condições sanitárias e a qualidade do rebanho. Nas fazendas tradicionais, devido à qualidade inferior das pastagens, os produtores costumam retardar um pouco o início da engorda. Ela geralmente

começa quando o animal alcança a idade de trinta meses. Na fazenda moderna, onde as propriedades apresentam boas condições de criação, os animais machos apresentam peso mínimo para o início da engorda com aproximadamente vinte e quatro meses. Antes dos trinta meses já estão sendo abatidos. (CORRÊA, 1996)

Normalmente, no Centro-Oeste brasileiro, a engorda a pasto é realizada na época em que a oferta de forragem é maior, ou seja, no período chuvoso, de outubro a maio. Os bois permanecem em engorda por um período aproximado de seis meses e as vacas quatro meses.

Uma prática bastante comum nos estados de Goiás e Mato Grosso é produção de novilho precoce. A expressão "Novilho Precoces" vem sendo usada para definir o animal abatido mais jovem do que aquele obtido no sistema tradicional. Mesmo sendo terminados em sistema de pastagens, podem alcançar seu pico máximo de produtividade antes dos trinta meses de idade, enquanto os animais engordados no sistema tradicional são, normalmente, abatidos com idade entre quarenta e dois e quarenta e oito meses de idade.

A criação de novilho precoce, além de aumentar sensivelmente a produtividade da propriedade, aumenta o giro de capital, libera as pastagens mais cedo para outras categorias e produz carne de melhor qualidade.

Um conjunto de técnicas permite levar o novilho para o frigorífico em até trinta meses de idade, através de melhoramento genético do rebanho, através de seleção e/ou cruzamento; pastagens mais produtivas, bem estabelecidas e manejadas, que proporcionem maiores ganhos aos animais, inclusive na estação seca; suplementação alimentar levando em consideração as exigências nutricionais; técnicas preventivas de controle sanitário; e práticas de manejo de cria e recria.

Os animais mestiços são os mais apropriados para a produção de novilho precoce, porque apresentam melhores ganhos de peso quando bem alimentados. Animais puros também são usados. O mais importante é observar bem a variação existente dentro de raças ou grupos genéticos e, então, fazer uma seleção rigorosa.

Um dos fatores responsáveis pela perda de tempo para o abate de animais da raça bovina no território nacional é o baixo desempenho na fase de recria. Feito, geralmente, no período da seca e nos piores pastos. Por isso, buscar soluções que

promovam melhor desempenho, tanto na primeira, quanto na segunda seca após a desmama do animal, resultaria não só na redução da idade para o abate, mas também no aumento do desfrute do rebanho, na melhoria da eficiência do empreendimento e maior giro do capital. Como consequência, aumento da rentabilidade da atividade.

Dentro deste contexto, a complementação da alimentação tem se mostrado uma alternativa economicamente viável para melhorar o desempenho na recria, e possibilitar a produção do novilho precoce.

O CNPGO (Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Corte) da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) com a intenção de avaliar e quantificar as vantagens de haver complemento de alimentação de animais da raça nelore, para abate, desenvolveu uma experiência, onde foram avaliados quatro grupos que receberam opções diferentes de suplementação alimentar, comparando a um grupo que recebeu o nome de testemunha, que foi alimentado exclusivamente de pasto e minerais.

Como foi feita a suplementação de cada grupo: grupo a – recebeu complemento alimentar na primeira seca após a desmama; grupo b – recebeu complemento apenas na segunda seca; grupo c – foi suplementado na primeira e na segunda seca e o grupo d – recebeu suplementação na primeira seca e confinamento na segunda. Tomou-se como ponto final, quando 85% dos animais de cada grupo atingissem o peso vivo de 440 kg.

O composto usado como suplemento alimenta tinha 75% de milho triturado com palha e sabugo, 25% de farelo de soja, proteína bruta e NDT, disponibilizado para os animais uma vez ao dia. Para manter o consumo diário de ração na base de 0,8% do peso vivo, foram fornecidos 1,5 kg por cabeça todos os dias, na primeira seca, durante setenta e cinco dias, e 2,9 kg por cabeça todos os dias, na segunda seca, durante o período de oitenta e cinco dias.

Resultado final: o grupo A alcançou ponto de abate com aproximadamente 31 meses de idade; o grupo B com 28; o C com 26; o D com 22 e o grupo dos animais que não receberam suplementação o ponto de abate foi alcançado depois dos 36 meses.

O primeiro grupo, que recebeu suplementação no período da primeira, apesar de ter conseguido ganho de cinco meses para o abate a Embrapa não o considerou precoce.

A suplementação a pasto mostrou ser uma atividade economicamente viável. Assim, para atender a demanda crescente por carne bovina, esta prática apresenta-se como uma alternativa atraente para o sistema de produção, apresentando rentabilidade superior à prática do confinamento. (Embrapa, 2006)

Para que se possam alcançar os resultados esperados é necessário que a pastagem tenha massa na ordem de três toneladas de matéria seca no início da estação seca. No caso do *Brachiaria decumbens*⁹ a pastagem deve estar em torno de trinta centímetros de altura, e com uma taxa de lotação de uma unidade animal por hectare.

Vale lembrar que os animais de corte criados em campos abertos de pastagens naturais, como é bastante comum no Mato grosso do Sul, são considerados precoces os animais com idade aproximada de trinta meses de idade, ou seja, animais com quatro dentes incisivos permanentes e o primeiros médios da segunda dentição, sem a queda dos segundos médios.

Os trabalhos conduzidos pela EMBRAPA Gado de Corte e algumas outras instituições, mostram que os animais mestiços, independente da raça, apresentam bom desempenho em ganho de peso vivo e abatido, com uma superioridade de aproximadamente 18% em relação ao Zebu. A escolha da raça a ser utilizada é função do objetivo e esquema de cruzamento e das condições de manejo e alimentação da propriedade. Para as condições brasileiras, não são recomendados animais com mais de 50% de sangue europeu.

A Embrapa recomenda, para o pequeno produtor de gado de corte em Goiás, o uso de raças de médio porte, com exigência de um volume menor de alimentação, e conseqüentemente maior lotação de pastagem. Isso resulta em maior produção de carne por hectare. Dentre as raças zebuínas, a Gir é uma boa opção para o pequeno produtor. Além da rusticidade, tem boa conversão alimentar, rendimento de

⁹ É um capim vigoroso e agressivo que se adapta muito bem às regiões tropicais com temperaturas elevadas e com precipitação superior a um metro por ano, mesmo onde os solos são ácidos e de baixa fertilidade.

carcaça e é boa leiteira. Se a opção for por animais mestiços, devem ser preferidos os de cruzamentos de raças de porte médio, como o gir ou nelore com raças inglesas, cujos produtos são também de porte médio.

Para Rodrigues (2009), a criação de gado de corte a pasto é uma das grandes vantagens competitivas do sistema de produção em Goiás, não apenas pelo baixo custo de produção, mas para fugir dos embargos comerciais decorrentes dos riscos sanitários, por causa da possível presença de insumos de origem animal encontrados nos concentrados fornecidos aos animais engordados em outros sistemas. Então, a carne goiana, por ser em sua grande maioria, oriunda de animais engordados a pasto, é considerada um alimento seguro, o que lhe confere um diferencial no mercado nacional e internacional.

2.1.4. O semi-confinamento

O sistema de semi-confinamento consiste na engorda de animais bovinos onde o produtor faz uso das pastagens como fonte de volumoso¹⁰ e ração concentrada para completar a alimentação. Este sistema de engorda é bem prático e economicamente viável, diz João Trivellato, gerente de produtos ruminantes da Socil-Evialis. Além de proporcionar considerável ganho de peso, o semi-confinamento proporciona uma boa cobertura de gordura à carcaça, atendendo, assim, às exigências dos frigoríficos.

Este sistema de terminação de animais bovinos vem crescendo muito em todo território nacional nos últimos anos. Segundo João Trivellato, de 2005 a 2008, o número de animais semi-confinados no Brasil teve um crescimento de 13%, saltando de dois milhões e quatrocentos e oitenta e uma mil cabeças para dois milhões

¹⁰ Volumosos são aqueles alimentos de baixo teor energético, com altos teores em fibra ou em água. Possuem menos de 60% de NDT e ou mais de 18% de fibra bruta (FB) e podem ser divididos em secos e úmidos. São os de mais baixo custo na propriedade. Os mais usados para os bovinos de corte são as pastagens naturais ou artificiais (brachiaria e panicum em sua maioria), capineiras (capim elefante), silagens (capim, milho, sorgo), cana-de-açúcar, bagaço de cana hidrolisado; entre os menos usados estão: milheto, feno de gramíneas, silagem de girassol, palhadas de culturas, etc.

oitocentos e quatro mil. Os principais estados semi-confiadores são: Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e São Paulo.

Algumas variáveis devem ser consideradas e analisadas para que o produtor obtenha sucesso na implantação deste sistema de produção, como: animais em faixa etária e com potencial genético que proporcione ganho de peso com facilidade, bom preço do produto final e acesso fácil aos insumos necessários à suplementação e, principalmente, um bom planejamento de reserva de pastagens para a utilização com fonte de volumoso para este sistema de engorda. Sem pastagem suficiente, este sistema de acabamento não trará ao produtor rural os resultados almejados, pois a base da alimentação será a pastagem e a ração concentrada será a potencializadora de ganho de peso e acabamento. Sem qualidade e quantidade de forragem e utilizando apenas de ração, os animais não responderão aos ganhos desejados, podendo assim causar prejuízos ao produtor rural.

A atividade de semi-confinamento é geralmente aplicada na estação seca, na entressafra, mas pode perfeitamente ser usada no período chuvoso da mesma forma que na seca, a única modificação é a quantidade de concentrado a ser fornecida. Na estação chuvosa deve-se reduzir consideravelmente o volume de ração concentrada. Quando o produtor opta por realizar o semi-confinamento na estação seca, é de fundamental importância que aproveite bem o período chuvoso para vedar os pastos, com o objetivo de guardar um bom volume para o período seco. Mesmo que esta reserva apresente aspecto ressecado, encaixa perfeitamente como volumoso de qualidade para esta prática, pois as deficiências nutricionais deste produto serão supridas pelo produto concentrado.

Outro ponto não menos importante é o fornecimento de forma correta da ração concentrada, falando de quantidade e horário de alimentação. Esta suplementação se faz necessária diariamente e na quantidade correta, sempre no mesmo horário e, se possível duas vezes ao dia. Quanto mais regular for o fornecimento concentrado, melhores serão os resultados produtivos.

Outra questão é o fornecimento da primeira refeição de concentrado após as 9 horas da manhã, pois assim pode-se aproveitar bem o grande pastejo dos animais, que acontece nas primeiras horas do dia. Para não haver disputas entre animais na hora de se alimentar, se faz necessário dividir a coqueira em

compartimento de quarenta centímetros para cada animal, para que aqueles menos resistentes não fiquem prejudicados, recebendo quantidade aquém do necessário.

A ração concentrada é um ponto extremamente importante que possibilitará o fechamento da dieta utilizando a pastagem como fonte de volumoso e suprimindo as deficiências da estação seca. Uma boa ração concentrada traz em sua composição todos os minerais, vitaminas, proteínas, energia que somada aos nutrientes fornecidos pela porção volumosa serão condizentes com o atendimento nutricional do animal. Este suprimento da necessidade nutricional está correlacionado com a chamada biodisponibilidade deste alimento para o animal, ou seja, o que o animal recebe deste alimento é o que realmente é aproveitado para ser transformado em massa corporal. A biodisponibilidade dos alimentos veiculados nas rações está intimamente lidada à qualidade das matérias primas utilizadas, bem como os balanceamentos e as utilizações conjuntas de fontes de energias e proteínas. Outro ponto é a utilização de aditivos promotores de crescimento, que possuem a função de otimização da flora ruminal e com isso podem trazer desenvolvimento produtivo nas taxas de ganho de peso.

Para que o sistema de engorda em semi-confinamento funcione bem é muito importante que o produtor receba orientação técnica de profissionais habilitados e capacitados para a fabricação correta do concentrado e planos nutricionais para esta atividade, resguardando, assim, o produtor de possíveis perdas, e assegurando o sucesso deste sistema de engorda de animais bovinos.

Segundo Corrêa (1996), em algumas propriedades o semi-confinamento é realizado de forma um pouco diferente. A atividade é realizada em duas etapas: primeiro o rebanho é confinado por um período e recebe a suplementação necessária, e na etapa seguinte são levados para o pasto para alcançar o ponto de abate.

2.1.5. O confinamento

Sistema de engorda de bovinos onde os lotes de animais são encarcerados por um determinado tempo em piquetes ou currais, onde são disponibilizados alimentos e água com certa abundância em cocheiras, é utilizado para fazer a terminação em bovinos de corte, ou seja, fase da produção que imediatamente antecede ao abate. A qualidade da carcaça dos animais terminados no sistema de confinamento depende do bom desenvolvimento dos animais nas duas primeiras fases da vida, cria e recria. A qualidade final dos produtos de confinamento é resultado de animais fortes, sadios, com ossatura robusta, bom desenvolvimento muscular e acúmulo de gordura bastante para dar sabor à carne e proporcionar boa cobertura da carcaça do animal.

Em Goiás, o sistema de confinamento é usualmente aplicado na estação seca, exatamente por ser um período seco e de pouca quantidade de forragens para o pastejo dos animais. A engorda de animais bovinos em confinamento está diretamente ligada à disponibilidade de animais para terminação, acesso aos produtos que compõem a dieta, preço e mercado.

A partir desse momento, podem ser enumeradas como condições básicas para a produção de bovinos engordados no sistema de confinamento a disponibilidades de lotes de animais com capacidade de ganho de peso; o acesso fácil e custo acessível de alimentos em quantidades adequadas e planejamento e controle. (CARDOSO, 2000)

Como a maior parte dos custos de produção em confinamento está diretamente ligada à alimentação, se faz necessário que a localização seja próxima às áreas de produção de grãos e forrageiras, principalmente se o proprietário tiver que adquirir esses alimentos. A facilidade para adquirir e vender os animais também deve ser levado em consideração.

Dentro da fazenda, o local escolhido deve ser o mais distante possível, evitando, assim, estresse por causa da movimentação de carros e caminhões, contaminação, e até mesmo furto de animais.

A estrutura de um confinamento de animais é muito complexa, não é bastante ter o local onde os animais são encarcerados. O complexo deve ter obrigatoriamente um centro de manejo de animais, área para preparação dos alimentos, instalações

de gerência. Os piquetes ou currais devem ter estrutura para coleta de fezes e urina para não contaminar o solo, e se possível, uma boa área para o plantio dos alimentos.

A função do centro de manejo é fazer a recepção dos animais e prepará-los para o início do confinamento. Deve ter curral brete, balança e apartador, piquetes com água, para vacinação, enfermaria e passagem para entrada e saída dos animais para abate.

A área de alimentação é composta de locais para armazenagem, conservação e preparação dos alimentos (galpão com misturador, moedor, picador e balança), galpão para depósito de máquinas e equipamentos (tratores, colheitadeiras, carretas etc.).

As instalações gerenciais compreendem um escritório e seus equipamentos (telefone, rádio, computador, arquivos, fichas de controle de compras, vendas, produção, insumos, animais, dados de desempenho dos lotes confinados, consumo de combustíveis, de alimentos, utilização de mão de obra e outros). Alguns têm farmácia contendo vacinas, produtos de rotina para o manejo sanitário e alguns medicamentos e instrumentos estratégicos para eventuais ocorrências extraordinárias, como intoxicação e empanzinamento.

É muito importante, para saber dosar a quantidade de alimentos para os animais, que o proprietário forme grupos homogêneos. Isso favorece o desempenho, permitindo o uso de ração e quantidade adequada para cada lote de animais. Possibilitando assim, melhor controle de produção e eficiência do processo.

O piso dos confinamentos é geralmente de chão batido, com declive entre 3 e 8% e espaço de doze a quinze metros quadrados para cada animal. As cercas divisórias devem ter altura mínima de um metro e oitenta centímetros e são geralmente feitas de arame liso, cordoalhas ou tábuas. Na parte da frente dos piquetes ficam os cochos de alimentação dos animais, e do lado oposto ficam as porteiras de acesso ao corredor de circulação (local de entrada e saída de animais).

Os cochos poderão ser de diferentes tipos de materiais, como tambor, manilha ou madeira. O mais importante é que possa conter o volume necessário para alimentar cada animal. Normalmente são dispostos a uma altura de quarenta

centímetros do solo. Devem ter de sessenta e cinco a setenta centímetros disponíveis para cada animal.

Os bebedouros devem ter capacidade para cinquenta litros de água para cada animal por dia. Os de mineralização devem ser localizados longe dos bebedouros, para evitar aglomeração de animais. Quatro metros de cocho para sal são bastante para um lote de cem animais. Os confinamentos são cobertos ou não, dependendo das condições climáticas de cada região.

Não existe padrão definido para as instalações, que devem ser funcionais e práticas, para facilitar o manejo dos animais, abastecimento de alimentos, limpeza e ser principalmente simples, pois sofisticação não traz retorno financeiro, pode sim, comprometer a rentabilidade do processo.

Os tipos e as características dos animais são de fundamental importância para o resultado final da produção em um confinamento. Os animais utilizados devem ser sadios, de bom desenvolvimento corporal e potencial de ganho de peso.

O ganho de peso poderá acontecer por acréscimo do tecido ósseo, massa muscular e gordura. Cada tipo de tecido carece de maior ou menor quantidade de determinado nutriente e cada tecido cresce de forma particular, sendo assim, a participação de cada tecido do animal no resultado final de ganho de peso acontece de forma bem variada. A composição do ganho de peso está diretamente ligada à idade do animal, sexo, estrutura corporal e taxa de ganho. A idade e o peso vivo dentro da mesma raça estão diretamente ligados.

Cardoso (2000) concluiu que animais mais jovens têm maior potencial para conversão de alimentos, pois o ganho acontece, principalmente, pelo crescimento da massa muscular, que é um tecido com teor de água bastante elevado. Ao contrário, os animais mais erados, necessitam de bem mais alimentos para produzir a mesma quantidade de ganho, pois estarão sintetizando gordura a taxas mais elevadas.

O sexo do animal também influencia muito no ganho de peso e composição da carcaça. Animais com o mesmo grau de acabamento, de sexo diferente, chegam ao ponto de abate com peso e idade diferente. Fêmeas chegam ao ponto de abate bem mais cedo e mais leves que os machos castrados que, por sua vez, alcançam o ponto de abate mais cedo e mais leves que os machos inteiros. Diante disso, o

produtor pode, perfeitamente, planejar o tipo de alimentação, o tempo de confinamento e a época da comercialização.

Nos sistemas modernos de terminação de animais em confinamento, a estrutura corporal do animal também é levada em conta, especialmente quando considerado o cruzamento de animais para produção intensiva de carne. O animal com estrutura corporal grande tem maior facilidade para ganhar peso, porém o tempo gasto em confinamento para alcançar o ponto de abate é maior. São consideradas raças de estrutura média aquelas que, na época do abate, alcançam peso médio entre quatrocentos e cinquenta e quinhentos e vinte kilos para animais machos, e de quatrocentos a quatrocentos e cinquenta para fêmeas. Raças de estrutura corporal grande são aquelas que alcançam, no final do acabamento, pesos superiores a quinhentos e vinte kilos para machos, e quatrocentos e cinquenta para fêmeas. Esta é a razão pela qual nos confinamentos modernos os lotes de animais são individualizados, levando em consideração, também, a estrutura corporal.

O manejo dos animais em confinamento deve ser feito com muito cuidado, para não estressá-los e evitar que eles se machuquem.

Os animais devem ser observados constantemente. Mudanças de comportamento ou aparência podem revelar alterações no estado de saúde física e mental do animal. Animais doentes ou com problemas devem ser separados do grupo de engorda imediatamente e colocados no piquete enfermaria, e só retornarem após o tratamento devido.

Se o tamanho dos lotes depende da disponibilidade de animais homogêneos quanto a sexo, grau de sangue e estrutura corporal, é também aconselhável que não ultrapasse a cem unidades por grupo. Isso facilita a venda do lote inteiro. Animais remanescentes podem passar da hora de serem abatidos, e ter a qualidade da carne comprometida por excesso de gordura.

Antes de entrar em regime de confinamento, os animais devem ser vacinados contra febre aftosa e botulismo. Devem, também, ser vermifugados e tratados contra ectoparasitos. Essas ações, mais a pesagem, o embarque e o transporte dos animais, devem ser feitos com muita cautela, para evitar edemas e machucados que

venham comprometer a qualidade da carne, especialmente os cortes nobres que se apresentam no traseiro do animal.

A dieta para animais engordados no sistema de confinamento inclui alimentos volumosos, concentrados e aditivos. Os volumosos são aqueles que possuem teor de fibra bruta superior a 18% da matéria seca, entre eles estão os capins, broto de cana, silagem, feno e palhada. Alimentos concentrados ou protéicos são aqueles que possuem menos de 18% de fibra bruta na matéria seca, como a torta de algodão, de soja ou energéticos, que possuem mais de 20% de proteína e os com teor de proteína abaixo de 20%, como o farelo de arroz, trigoilho¹¹ e milho.

É chamada de ração a quantidade total de alimentos dispensada a uma unidade animal em vinte e quatro horas, e ração balanceada é aquela que tem, em seu conjunto, nutriente em quantidade e proporção adequada para atender as exigências orgânicas de cada animal.

A ração para engorda nos confinamentos deve ser servida no mínimo duas porções por dia e no máximo três. Outro fator importante é o horário do fornecimento, pois não se deve mudar o horário da alimentação durante todo o período do confinamento. Em Goiás e em toda região Centro-Oeste esse período é, de forma geral, de noventa dias.

Para evitar que os animais fiquem estressados, deve ter sempre disponibilidade de alimentos nas cocheiras. Vale lembrar que os alimentos à vontade são os volumosos. Os concentrados, como dito antes, só nas horas e doses certas. Outro fator primordial é fazer sempre a limpeza das cocheiras antes da primeira refeição do dia, para evitar intoxicação de animais por restos fermentados e apodrecidos dos alimentos fornecidos no dia anterior.

É muito importante que os animais recriados no sistema de pastagem simples, sem reforço de alimentação, quando levados a confinamento tenham um período de adaptação gradativa à dieta. A não adaptação pode acarretar distúrbios como acidose e timpanismo. É natural que esta adaptação ocorra em um período de quinze a vinte dias.

¹¹ O trigoilho contém grãos pequenos e quebrados de trigos e grãos chochos resultantes da limpeza do cereal antes da moagem, sua composição é bastante variável.

Não é recomendável a mudança de dieta dos animais no período confinado. Se isso for necessário, mesmo que de algum dos ingredientes da composição alimentar, deverá acontecer de forma gradativa para que a população microbiana do rúmen se adapte à nova dieta.

Segundo Cardoso (2000), apesar de movimentar valores consideráveis da economia, o sistema de confinamento representa apenas 6% da produção nacional de carnes e derivados da bovinocultura.

Esse percentual poderia ser bem maior, se resolvidos alguns problemas do confinamento de bovinos, que contribuem para o insucesso e trazem perda de rentabilidade ao processo.

Os fatores que levam à redução do desempenho animal, e consequentemente à perda de produtividade e rentabilidade desse sistema de produção, são subdivididos em: fatores que afetam os animais individualmente e fatores que afetam os grupos. Aqueles são os distúrbios metabólicos, doenças e intoxicações. Estes são de difícil avaliação ou visualização, pois o efeito negativo é distribuído entre os animais. São oriundos de fatores ou condição que afetam o desenvolvimento máximo da produtividade do conjunto, ou seja, não há perda concreta, e sim perda na margem de lucratividade.

Dentre os principais problemas que afetam os animais em confinamento está a acidose, caracterizada pelo aumento do ácido láctico no rúmen, geralmente em consequência do consumo excessivo de alimentos ricos em carboidratos, isso faz com que o animal perca o apetite e, em alguns casos, causa a morte do animal. A acidose é causada pela mudança não gradativa da alimentação, aumento na introdução de grãos na dieta e mudanças bruscas no clima.

O timpanismo também pode causar prejuízos aos confinadores de bovinos. É causado pelo fornecimento de alguns alimentos, como as leguminosas e restos de grãos em decomposição, pode também aparecer quando a frequência da alimentação não é adequada.

A uréia, quando fornecida em doses inadequadas, pode causar intoxicações nos bovinos. A princípio, os animais apresentam sintomas de desequilíbrio e pode

evoluir rapidamente causando a morte do animal. Para evitar esse problema, a uréia deve ser fornecida acompanhada de carboidratos e em quantidades balanceadas.

A reticulite e a bursite traumática também podem ocorrer nos rebanhos em confinamento, aquela é causada pela ingestão acidental de pedaços de arame, pregos ou outros materiais parecidos, que possam causar ferimentos no intestino do animal, e esta, acontece em consequência do uso de arames e barras de ferro não flexível entre os piquetes e as cocheiras.

Todos esses problemas, ditos antes, podem ser evitados quando são respeitados os princípios básicos de alimentação e manejo de animais em confinamento.

A título de exemplo, entre os problemas que afetam o desenvolvimento dos rebanhos de bovinos em confinamento, no seu conjunto, podemos destacar a presença de lama nos currais, cocheira relativamente pequena, o uso de alimentos de sabor desagradável aos animais em grandes proporções, animais sem boa conformação óssea ou muscular, lotes de animais desiguais, movimentação exagerada dos animais, movimentação de pessoas estranhas e veículos, e mudança constante nos horários de alimentação.

Além de tudo que foi dito, para fazer funcionar bem um confinamento, se faz necessário ter um bom gerenciamento. Para fazer funcionar bem um confinamento devem ser planejadas as ações com bastante antecedência. No planejamento devem ser considerados os aspectos relativos à infra-estrutura, mercado, mão de obra, meio ambiente e atividades essenciais.

Depois de definidas as alternativas possíveis e suas combinações, é definido o plano de ação a ser implementado.

O acompanhamento e o controle das atividades são essenciais para o progresso da atividade. As atividades devem ser acompanhadas diariamente e sob controle rigoroso, com anotações e registros de custos, receitas e informações.

O acompanhamento deve ter informações suficientes para indicar necessidades de ajustes no período da engorda. Já o controle serve de base para a

avaliação do negócio ou do plano escolhido, de forma a aprimorar ou indicar futuras modificações nas próximas etapas do processo.

As novas diretrizes para a produção da pecuária bovina, com foco na sustentabilidade e aumento na produtividade, foi o centro das discussões da Conferência Internacional de Confinadores - Interconf 2009, que reuniu em Goiânia mais de um mil e duzentos profissionais, entre pecuaristas, técnicos, empresários formadores de opinião, além de especialistas do Brasil, Argentina, EUA, Austrália, África do Sul e Inglaterra.

Já há algum tempo os especialistas vêm sinalizando para o fato de os índices de produtividade da pecuária bovina de corte, que produz por ano uma média de 0,9 UA (unidade animal) por hectare, se mostra insustentável, considerando o crescimento da demanda mundial por proteína animal e os altos custos de produção. Também não é recente a discussão sobre a segurança alimentar, produção sustentável e da vocação do Brasil como produtor mundial de alimentos.

Para o professor e pesquisador do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da USP, Sergio De Zen, já é hora do Brasil se movimentar no sentido de elevar os atuais índices de produtividade na pecuária de corte brasileira, no intuito de aproximar daquilo que já vem sendo feito em países onde a pecuária se encontra mais desenvolvida. Nesses países o índice de produtividade chega a atingir 3,5 UA/ha/ano, mais que o triplo de produtividade alcançada por aqui.

Para alcançar altos índices de produtividade sem expandir as áreas desmatadas o caminho é investir na produção em confinamento.

Assim, o confinamento de gado é uma atividade que assume importância cada vez maior para a produção de carne e derivados, principalmente no período de entressafra. Entre os meses de agosto e setembro, quando o rebanho confinado está entrando no mercado, a atividade tem peso bem mais considerável na composição dos preços, alcançando o patamar de 30% dos animais abatidos pelos frigoríficos.

Embora o Brasil seja o segundo maior produtor de carne bovina no sistema de confinamento, os números mostram uma diferença gritante se comparado ao primeiro colocado, os EUA. Enquanto este possui um rebanho de menos de cem

milhões de cabeças e confina aproximadamente quinze milhões, aquele tem mais de duzentos milhões de animais e confina pouco mais de três milhões.

Diante desta constatação, é de fundamental importância investir pesadamente na produção intensiva e na utilização de tecnologia capaz de permitir o aumento da produtividade por área, além de procurar atender as exigências do mercado no que se refere à padronização, escala e regularidade no fornecimento de carne bovina.

Bruno de Jesus Andrade, analista da ASSECON (Associação Nacional dos Confinadores), em palestra ministrada aos criadores de nelore de Goiás, disse que, apesar da prática de confinamento já existir desde o Antigo Egito, foi a partir das décadas de 70 e 80 do século XX que foi adotada pelos brasileiros, e só a partir do ano 2000 é que realmente ganhou força comercial. Forçados pela forte concorrência dos Americanos e Australianos, grandes produtores neste sistema, os confinadores brasileiros entenderam a necessidade de uma gestão profissional, e gradativamente foram estruturando seus estabelecimentos e treinando bem seu pessoal. Os resultados positivos não demoraram.

Segundo Bruno de Jesus Andrade, Goiás é o líder no ranking dos estados brasileiros produtores de animais bovinos em confinamentos. São mais de quinhentas propriedades em funcionamento, abatendo aproximadamente 10% de dos animais confinados no país.

Para se ter uma idéia de como essa prática vem ganhando forças no Brasil, basta analisar a última pesquisa realizada pela AgriPoint Consultoria Ltda., em parceria com a ASSECON (Associação Nacional do Confinadores), realizada em 2009.

A pesquisa Top 50 BeefPoint de Confinamentos tem por objetivo levantar informações sobre os cinquenta maiores confinamentos do Brasil. Esse levantamento vem sendo realizado desde o ano de 2003.

A última pesquisa realizada levantou dados sobre número de animais confinados, perfil das empresas, prática de gestão utilizada e perspectivas para os próximos anos da atividade no Brasil.

Essa pesquisa apurou que, nesse último ano, apesar de ter sofrido uma retração de 17,3% em relação ao ano anterior (2008), os cinquenta maiores confinamentos brasileiros engordaram um milhão, trezentos e vinte e dois mil e setecentos e sessenta e quatro animais. Com aumento de 152,1%, quando comparado aos quinhentos e vinte e quatro mil, seiscentos e sessenta e três animais confinados no ano de 2003, ano da primeira pesquisa Top 50 BeefPoint de Confinadores.

No planejamento de metas para o ano de 2010, 48% dos produtores de animais em confinamentos planejam aumentar o número de animais confinados, 40% pretendem reduzir, e os 12% restantes pretendem manter o mesmo número do ano anterior. Isso quer dizer o ponto crítico da crise deve ficar para trás em um curto espaço de tempo.

Perguntado aos confinadores participantes da pesquisa, sobre o principal motivo da desaceleração do crescimento da produção em confinamento, obteve-se o seguinte resultado: preço alto do boi magro em relação ao animal gordo; ambiente incerto, instabilidade de mercado e incertezas das empresas frigoríficas; escassez da oferta de animais recriados e prontos para o início da engorda e, por último, a falta de recursos devido à crise internacional que afetou consideravelmente o mercado pecuário brasileiro.

Ficou constatado pela pesquisa que o estado de Goiás continua na liderança da lista Top 50, confinando 39% dos animais, apesar de São Paulo ter ultrapassado em número de estabelecimentos. Em seguida vem São Paulo com 28% e Mato Grosso com 18% dos animais. Em relação à distribuição geográfica de animais em confinamento, o estado de Goiás também detém o primeiro lugar, com 47,32%.

A razão que leva a maior parte dos confinadores planejarem crescimento na produção de bovinos confinados para o ano de 2010, segundo a pesquisa é: redução dos preços de grãos, devido à boa safra; terminação de animais próprios; aumento de investimentos no setor e reativação da cadeia frigorífica exportadora.

Vale lembrar que estes dados, levantados pela AgriPoint Consultoria Ltda., não refletem a situação de todas as unidades de confinamentos brasileiras, e sim, apenas as cinquenta maiores. O crescimento dos cinquenta maiores não pode ser

extrapolado, estimando crescimento de todo esse segmento da pecuária de corte do Brasil.

Segundo o diretor operacional da ASSECON (Associação Nacional dos Confinadores), Juan Lebron, em matéria publicada no jornal O Popular em 18 de setembro de 2008, a atividade de engorda no sistema de confinamento cresce em todo país de forma constante e sustentável há alguns anos, e tudo indica que será assim por muito tempo. Para chegar a esta conclusão, basta lembrar que, no ano de 2002 o rebanho confinado em todo país não alcançava a marca de 2%, e em 2008 já ultrapassava a casa dos 8%.

Para Lebron, os produtores goianos não enfrentam nenhum tipo de problema para comercializar seu produto, muito pelo contrário, os confinadores do estado de Goiás não estão conseguindo suprir a demanda. O problema que estão encontrando é o elevadíssimo custo de produção, que faz com que a margem de lucro se torne muito pequena, exigindo dos produtores um altíssimo nível de eficiência na atividade.

A carne de boi confinado em Goiás tem boa aceitação no mercado internacional, por ter um importante diferencial. Ao contrário dos rebanhos confinados em outros países, o nosso permanece um tempo muito curto em regime fechado, em média noventa dias apenas, o que não lhe tira as características de animal engordado em sistema de pastagem.

Outro fator que deverá impulsionar e elevar o nível de eficiência da produção no sistema de confinamento é a criação da escola de capacitação, criada pela ASSECON (Associação Nacional dos Confinadores), conforme publicação do Globo Rural no dia 04 de fevereiro de 2010, voltada aos treinamentos teórico e prático dos funcionários dos confinamentos. O objetivo desta iniciativa é a busca do aperfeiçoamento e ganho em produtividade, eficiência e qualidade nas propriedades que utilizam o sistema de confinamento para engorda seu rebanho.

O Sindicato Rural de Rio Verde se prontificou a dar suporte para que as aulas possam acontecer, nessa primeira etapa do curso, que deverá ter uma semana de duração.

A Fazenda Santa Fé, no município de Santa Helena de Goiás, a vinte e cinco quilômetros de Rio Verde, oferecerá suas instalações de confinamento para que sejam realizadas as aulas práticas.

Juan Lebron explica que o projeto, pioneiro no país, tem por objetivo estimular a qualificação e capacitação profissional de peões, capatazes, vaqueiros, gerente de fazendas e outro envolvidos na prática da pecuária intensiva. Os alunos terão contato direto com as mais novas técnicas e tecnologias atualizadas para o desenvolvimento da pecuária, e também, irão conhecer as mais novas criações da indústria em termos de saúde, nutrição, genética, gestão, insumos e maquinários de uso exclusivo para o sistema de pecuária de corte intensiva.

2.2. A PRODUÇÃO

A produção da pecuária bovina de corte em Goiás é dividida em dois períodos distintos: o primeiro e bem mais abundante, é aquele compreendido como safra, que acontece no período da estação chuvosa e principalmente quando aproxima do seu final. Para evitar que os animais percam peso com a diminuição da quantidade de alimentos por falta de chuvas, os pecuaristas são forçados a colocar quase toda sua produção à disposição dos frigoríficos. Nesse momento são abatidos, quase que na sua totalidade de animais oriundos do sistema de engorda a pasto, o sistema com custo mais barato daqueles praticados em Goiás. Lamentavelmente, é nesse momento que os produtores ficam nas mãos dos donos de frigoríficos. Como a produção nessa época é abundante, e existe certa pressa dos produtores em repassar seu produto para evitar perdas com emagrecimento, os empresários dos frigoríficos se vêem à vontade para ditar os preços da arroba do boi.

O segundo momento, entressafra, funciona mais ou menos que o contrário do primeiro, por acontecer na estação seca, onde são escassas as pastagens; a produção acontece sob sistema de confinamento. Nesse sistema o custo de produção é infinitamente superior; porém, devido à escassez de animais acabados nessa época do ano, o preço da arroba do boi aumenta muito, compensando assim os custos de produção.

O terceiro sistema, muito pouco usado em Goiás, especialidade produtiva do Mato Grosso do Sul, onde o forte é a criação de gado de corte em sistema de campos de pastos naturais, o semi-confinamento não sofre muito a influência das estações seca e chuvosa. Alguns produtores fazem uso deste sistema no final da estação seca e outros no final das chuvas. Aqueles começam a engordar os animais em confinamento e terminam no pastejo, e estes, ao contrário, começam no sistema de pastejo e fazem a terminação em confinamento.

Corrêa (1996) relata que o rendimento de um animal de corte é medido pela relação entre o peso morto, obtido no frigorífico, e peso vivo mensurado após doze a dezesseis horas de jejum, sem restrição de água. Exemplo: um boi que pesou quatrocentos e oitenta kilos após o jejum e, no frigorífico deu duzentos e sessenta e quatro kilos de peso morto, tem um rendimento de carcaça de 55% ($264/480 \times 100$).

Para avaliar o rendimento médio em kilos de carne de um rebanho, procede-se da seguinte forma: divide-se a produção total de carne em carcaça pelo número de cabeças existentes no rebanho, não levando em conta os bezerros em aleitamento.

Em Goiás, para determinar a produção de carne pela área do terreno ocupada pelo rebanho, é só dividir a produção total de carne em carcaça pela área de pastagem ocupada pelo gado de corte (área total útil menos áreas de lavouras e áreas ocupadas pelo rebanho leiteiro e outros animais). Corrêa (1996) ressalta que, em algumas regiões brasileiras, e na maioria dos outros países produtores de carne bovina, a produção por área é estimada pelo ganho animal em peso vivo na área. Sendo assim, é dividido o ganho total em peso vivo pela área de pastagem ocupada pelos animais.

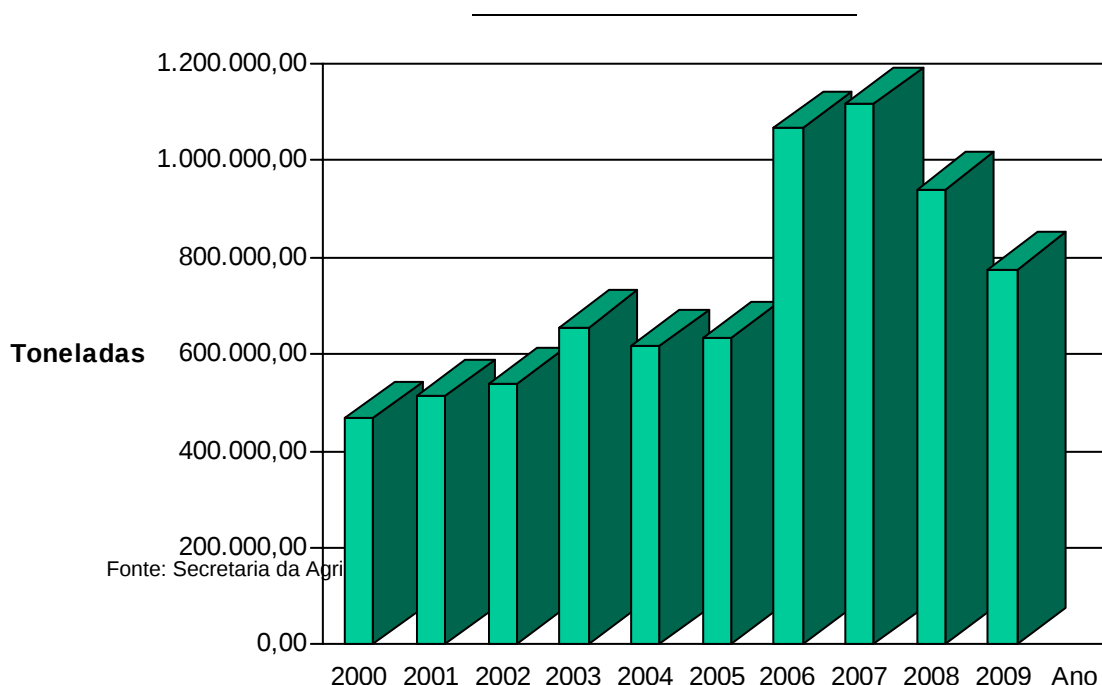
Segundo a APROVA (Associação dos Produtores do Vale do Araguaia), Goiás tem um rebanho bovino de corte de altíssima qualidade. No Vale do Araguaia, região que compreende toda a extensão goiana às margens do Rio Araguaia na divisa com o Mato Grosso, existem fazendas especializadas em criação de gado de corte. Nesta região, o rendimento de um novilho de duzentos e cinquenta e cinco kilos é de, aproximadamente, 74% de carne pura, sobrando 18% para ossos e 8% de gordura.

É desta região brasileira que é exportada, principalmente, para a Rússia e Egito um alto volume de carne marmorizada e maturada.¹²

A produção de carne bovina em Goiás cresceu muito nos últimos dez anos. No ano 2000, o Estado produzia menos de seiscentas mil toneladas de carne por ano; em 2009 já se aproximava da marca de novecentos mil toneladas, conforme dados da SFA- GO (Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás). (SFA-GO, 2009)

Vale lembrar que em 2007, antes dos embargos internacionais, por causa de suspeitas de contaminação de alguns animais em Mato Grosso do Sul oriundos de um país vizinho, mais a crise internacional que afetou bruscamente a economia dos nossos principais importadores de carne, Goiás chegou a produzir mais de um milhão de toneladas desse produto, conforme demonstrado na figura 01.

Figura 01 – Produção de Carne Bovina em Goiás.



marmoreio diz respeito à qualidade da carne e é uma das características na avaliação de carcaça. O marmoreio representa a gordura intramuscular, que contribui para a maciez e o sabor da carne; e maturação refere-se ao processo de tratamento. É carne do novilho precoce, de até 18 meses, tratada a vácuo em sacos de plástico e mantida a zero grau durante determinado período de tempo.

Apesar da forte queda na produção de carne bovina em Goiás, entre 2007 e 2009, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, afirma que as projeções de carnes para o Brasil mostram que esse setor deve apresentar um intenso dinamismo nos próximos anos, mesmo com a depressão apresentada em 2008, por causa crise econômica mundial. (Relatório anual da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimentos em Goiás, 2009)

Apesar de saber que a hora e a vez é da carne de frango, que vem crescendo a uma velocidade bem maior nos últimos anos, e continuará em ritmo mais acelerado até 2019, em torno de 3,64%, de acordo com as projeções do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), a produção de carne bovina voltará a crescer e deverá alcançar a marca de 2,15% ao ano, entre 2009 e 2019.

Estas projeções do MAPA são feitas para todo o país. O mercado goiano não seguiu o mesmo ritmo em 2009, os abates cresceram em Goiás em índices bem acima da média nacional, se comparados ao ano anterior. Esse avanço mantém Goiás entre os cinco maiores produtores de proteínas do país, segundo pesquisa divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). (2009)

Esse crescimento do número de abates em Goiás não quer dizer que o estado não tenha sofrido os reflexos da crise econômica mundial. Acontece que os produtores já haviam feito o planejamento da atividade e não tinham como recuar naquele momento, explica o gerente de Estudos Técnicos e Econômicos da FAEG (Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás), Edson Alves Novaes, em matéria publicada no jornal O Popular de 31 de março de 2010.

Na mesma matéria do jornal O Popular, o supervisor técnico do IBGE em Goiás, Onésio Francisco Dutra, diz acreditar que a forte demanda do mercado interno, em 2009, foi o principal responsável pelo crescimento dos abates no estado de Goiás. No referido ano, enquanto a média nacional de abates de bovinos no

Brasil caiu 2,5%, em Goiás o crescimento foi de 8,7%, um total de dois milhões novecentos e noventa mil animais, ou seja, 9,8% do total de abates em todo território nacional. O Estado ficou na quarta posição no ranking, perdendo apenas para Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

2.3. A COMERCIALIZAÇÃO

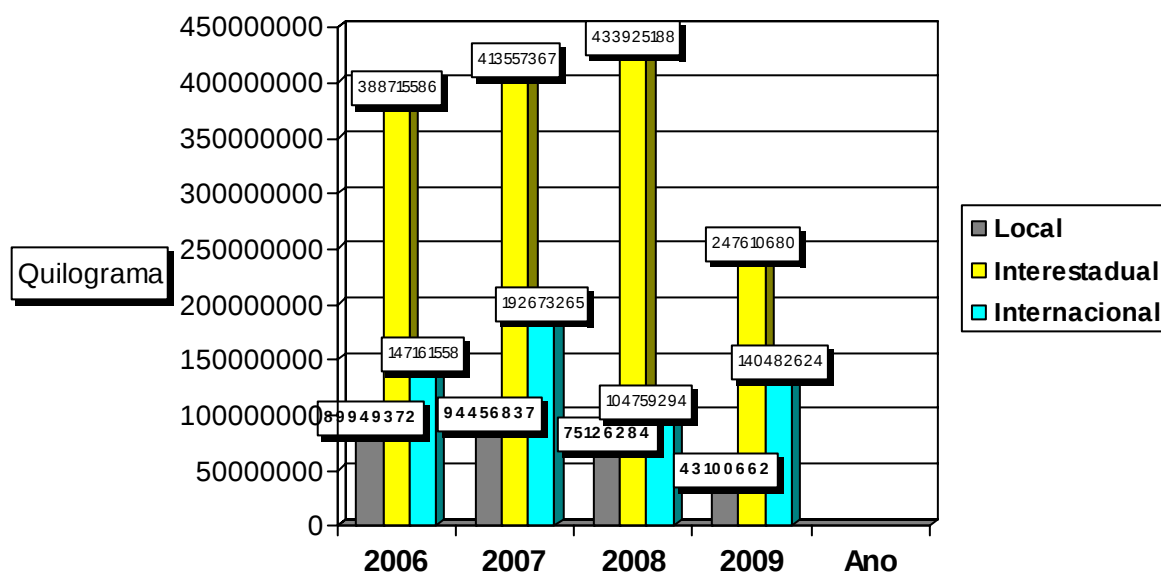
Devido à crise internacional e a embargos dos importadores da carne produzida em Goiás, principalmente dos países da União Européia, em 2009, a comercialização do produto goiano ficou bem abaixo dos anos anteriores.

Enquanto Goiás produziu aproximadamente novecentas mil toneladas de carne bovina, apenas nos frigoríficos sob inspeção federal, pouco mais de quatrocentas e vinte mil toneladas foram comercializadas de acordo com indicações da SFA-GO (Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás). (2009)

Por mais estranho que pareça, a razão para a queda no volume de comercialização do produto goiano não está ligada diretamente às exportações, muito pelo contrário, elas cresceram mais de 35% em 2009, basta analisar o gráfico abaixo. O que aconteceu foi o seguinte: como no ano anterior (2008) o mundo já sofria com a crise, o Brasil deixou de exportar, e conseqüentemente os estoques dos dois anos seguidos abarrotaram os depósitos dos frigoríficos. Resultado, o comércio com o mercado local e nacional sofreu uma redução drástica.

Para que se tenha uma idéia do que aconteceu, nos três anos anteriores, Goiás comercializou com os outros estados brasileiros uma média superior a quatrocentas mil toneladas de carne por ano. Em 2009, a comercialização não alcançou duzentos e cinquenta mil toneladas. No mercado local, no mesmo período anterior, foi comercializada uma média acima de oitenta e cinco mil toneladas. Em 2009, não alcançou quarenta e cinco mil, conforme demonstrado na figura 02.

Figura 02 – Comercialização de Carne Bovina em Goiás.



Fonte: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás - 2009.

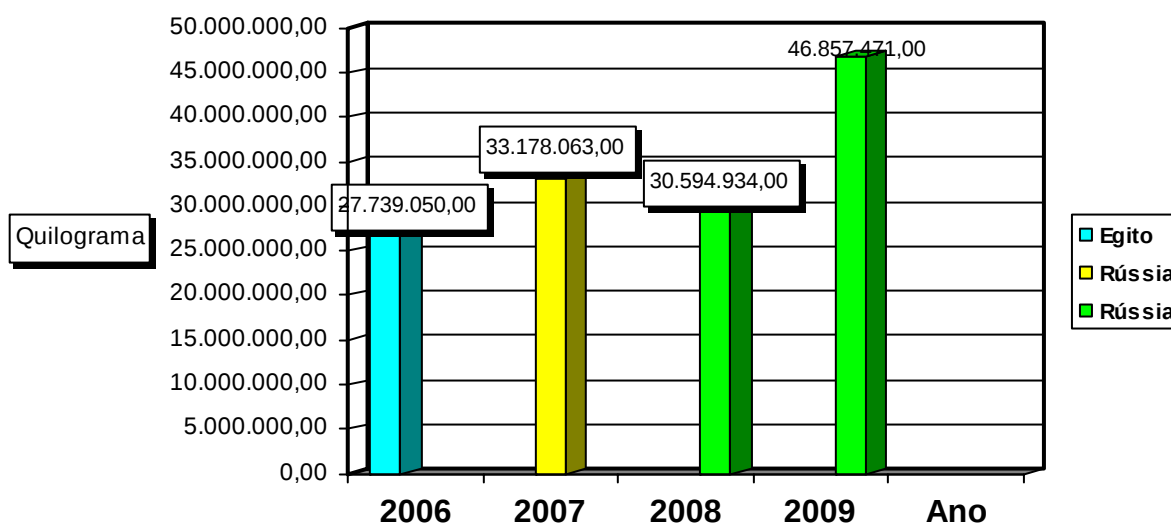
O que deixa os produtores goianos mais tranquilos é o fato de que as exportações voltaram a crescer e as projeções da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento prevê um quadro favorável para as exportações brasileiras nos próximos dez anos. (Relatório anual da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás)

A expectativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA é de que as exportações de carnes brasileiras cresçam em um ritmo anual de 4,16% para carne de frango, 3,90% para carne bovina e 2,82% para suína.

Para as exportações goianas a expectativa é de uma comercialização ainda maior, pois além dos nossos parceiros que continuaram comprando, conforme

mostra gráfico fornecido pelo MAPA, representantes chineses vieram a Goiás, em dezembro de 2009, especialmente para inspecionar os rebanhos e os frigoríficos aqui instalados e fecharam uma parceria para fornecimento do produto para aquele país a partir de 2010.

Figura 03 – Principais Importadores de Carne Bovina Goiana



Fonte: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás – Relatório - 2009.

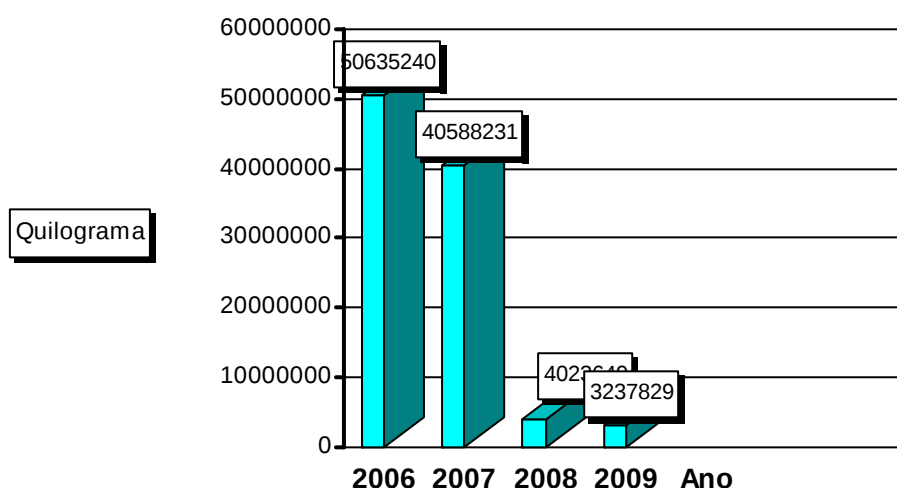
Com base nos dados fornecidos pelo relatório de 2009 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimentos, sobre análise de projeção do Agronegócio brasileiro, a expansão prevista para a exportação de carnes coloca o Brasil em uma posição de destaque no comércio mundial. O Brasil nos próximos dez anos deverá manter a liderança nas exportações de carne bovina e de frango, bem como terceiro ou quarto lugar nas exportações de carnes suínas.

Na expectativa do MAPA para 2019, as relações exportação brasileira/comércio mundial terão a seguinte configuração: carne bovina, 42% do comércio mundial; carne suína, 16%; carne de frango 70%.

Mesmo com a queda brusca ocorrida nas exportações para a União Européia, Goiás conseguiu junto a outros parceiros estrangeiros se reequilibrar e exportar bem mais que a média nacional.

Veja no gráfico abaixo o que representou a crise internacional para as exportações goianas para a União Européia. Goiás, que em 2006 exportou mais de 50 mil toneladas, em 2008 e 2009 não conseguiu superar, em média, a marca de quatro mil toneladas ano.

Figura 04 – Exportação de Carne Bovina para União Européia

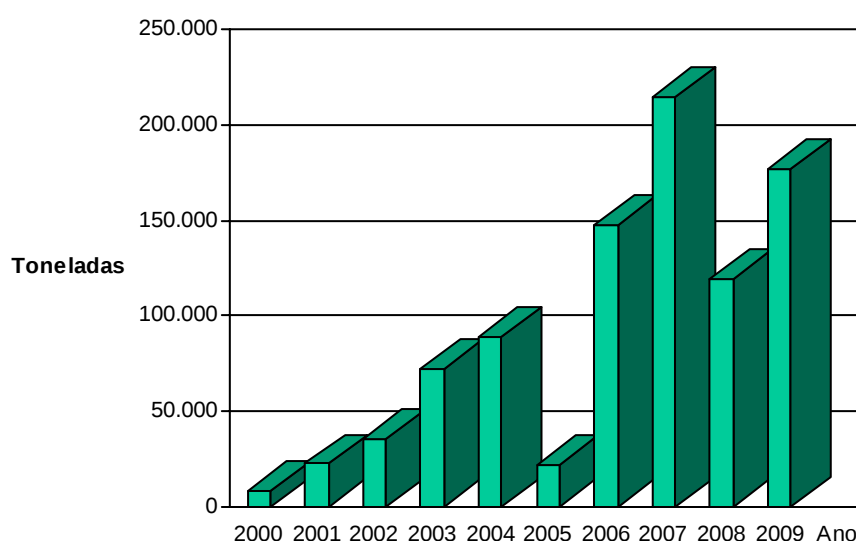


Fonte: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás.

Em matéria publicada na revista Raça de março/abril de 2010, alguns dos mais importantes classistas de Goiás analisam a atual conjuntura do mercado da bovinocultura de corte no estado da seguinte forma: para o presidente da Comissão de Pecuária de Corte da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás – Faeg, José Manoel Caixeta Haun, o comércio de carne bovina sofreu grandes oscilações em 2009, principalmente, por causa da crise internacional. Por isso, a Faeg recomenda muita cautela para o próximo ano. É bastante complicado pensar em altos investimentos nesse momento.

Para o presidente, a simples retomada dos abates por parte dos frigoríficos, não é motivo suficiente para empolgação das pessoas ligadas a esse mercado. A Federação da Agricultura, Pecuária do Estado de Goiás calcula que mais de três mil pecuaristas goianos têm dinheiro a receber das indústrias frigoríficas que tiveram problemas financeiros nos últimos meses. Para os especialistas, mais importante que produzir a carne, é comercializá-la. A análise de Caixeta não é só pessimismo. Ele concorda que existem perspectivas positivas para o setor, principalmente com a iniciativa da China em comprar o produto goiano.

Figura 05 – Exportação Goiana de Carne Bovina



Fonte: Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás.

Em recente entrevista ao jornal O Popular em Goiás, o presidente da Comissão de Pecuária de Corte da FAEG, Mozart Carvalho de Assis, disse que as informações sobre o crescimento da economia brasileira e o conseqüente aumento da demanda por produtos como a carne de boi, não passam de expectativas.

Para exemplificar o grave problema da pecuária bovina de corte em Goiás, ele salientou que, em 2009, os pecuaristas adquiriram os animais para engorda na faixa de R\$ 72,00 a arroba. No final do processo produtivo, a arroba do boi

acabado só alcançou R\$ 68,00. Um dos principais causadores desse problema foi a redução da produção em confinamento. Para se ter uma idéia, no ano de 2008, o número de animais confinados foi de aproximadamente quatro milhões de cabeças. Em 2009 não ultrapassou a marca de três milhões e duzentas rezes. A tendência é para que esse número permaneça por algum tempo, só voltando a crescer com o término da crise internacional.

Por sua vez, para o presidente da Comissão de Pecuária de Corte da Confederação Nacional de Agricultura, Antenor de Amorim Nogueira, o preço da arroba do boi não deverá sofrer grandes alterações em 2010, permanecendo entre R\$ 70,00 e 75,00 para o mercado goiano. E para finalizar, Antenor Nogueira disse que, a partir do segundo semestre de 2010 as exportações de carne voltarão a crescer em um ritmo bem mais acelerado. (Jornal O Popular, edição de 09 de dezembro de 2009)

Para externar o pensamento das indústrias, José Magno Pato, presidente do SINDICARNE (Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados do Estado de Goiás), todas as negociações entre as partes interessadas no preço da arroba do boi, dependerão do comportamento do câmbio. O reajuste que muito interessa aos pecuaristas dependerá da desvalorização do Real em relação ao dólar. As outras variações deverão ser pequenas, basicamente em função da entressafra.

Magno Pato também, a exemplo de Antenor Nogueira, acreditam que, no segundo semestre de 2010, a demanda, tanto interna, quanto externa, por carne bovina deverá aumentar consideravelmente.

2.4. A ESTRUTURA FRIGORÍFICA DE GOIÁS

O Estado de Goiás possui uma estrutura frigorífica digna de consideração. O relatório anual da SFA-GO (Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Goiás), da conta de que, no ano de 2009, só frigoríficos sob inspeção federal, ou seja, plantas com capacidade para abate de grandes quantidades de animais e preparadas para o comércio exportador, Goiás possui

vinte e sete abatedouros de bovinos, seis de aves e coelhos e três entrepostos de pescados e derivados.

Esse mercado tem se movimentado muito nos últimos anos. Grandes investimentos têm ocorrido neste seguimento e devem continuar nos próximos anos no estado de Goiás.

Para que se tenha uma idéia do potencial deste seguimento em Goiás, o jornal O Popular, publicou em 16 de setembro de 2009 que, na última *World Food*, feira já realizada há dezoito anos, e que reúne as mais famosas marcas de alimentos do mundo, realizada em 2009 na Rússia, estiveram presentes a Perdigão de Rio Verde, o Marfrig, que exporta mais de cinquenta milhões de dólares por ano ao país anfitrião, o Bertin sediado em Mozarlândia, o Minerva de Palmeiras de Goiás, o Mata Boi de Santa Fé, e o Cooperfrigu com escritório em Goiânia.

O presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria de alimentação no Estado, Edvard Pereira de Souza, faz questão de lembrar que, não é só de alegria que vive o mercado frigorífico em Goiás, desde o início da crise mundial em 2008, foram cinco dos grandes frigoríficos em Goiás (Estrela, Quatro Marcos, Independência, Arantes Alimentos e Margem) que entraram com pedido de recuperação judicial, e apenas dois voltaram a funcionar precariamente.

Por outro lado, afirma Wendel Seixas, jornalista voltado para o agronegócio e assessor de imprensa da Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura, os investimentos voltaram a acontecer em Goiás. O Estado deverá receber até o final de 2010 mais de um bilhão em investimentos em ampliação e implantação de novas plantas frigoríficas. Segundo Seixas, estes investimentos poderão ser ainda maior se confirmado a ampliação das unidades industriais da Perdigão de Rio Verde e Mineiros e a implantação da Granol.

Em meados de 2010, entrará em funcionamento a nova unidade do Mataboi em Inhumas, com capacidade para abater oitocentos animais por dia. Com essa planta serão gerados oitocentos novos empregos diretos no Estado.

O grupo já opera no Estado, em Santa Fé de Goiás, abatendo em torno de setecentos e cinquenta bois por dia, segundo o diretor de originação, Hélio Dias de

Souza Filho. Com as seis plantas frigoríficas, a rede Mataboi passará a ter capacidade de abate de quatro mil e duzentos bois por dia.

Outro ponto importante que deverá impulsionar o mercado da carne em todo Brasil, é a nova relação comercial de compra e venda de bovinos através da Bolsa Brasileira de Mercadorias (BBM). Muitos produtores voltarão a investir por causa da nova relação. Depois do início da crise mundial que assolou o planeta em 2008, ocorreu um desgaste muito grande entre os frigoríficos e os produtores de boi. Até hoje, existem muitos pecuaristas que não receberam sua produção entregue aos frigoríficos.

Na bolsa o pagamento é a vista e o prazo para retirada dos animais é de três dias. O negócio é liquidado através do sistema de compensação da BBM, após a emissão do romaneio de conferência dos pesos pelo frigorífico.

Para as pessoas envolvidas na operação da bolsa, o início do funcionamento representa uma nova fase da negociação de carne no Brasil, em um ambiente eletrônico, com segurança e transparência na formação do preço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pecuária bovina de corte esteve presente em todas as etapas da formação e desenvolvimento da estrutura produtiva e econômica do estado de Goiás.

No primeiro momento, período conhecido como ciclo do ouro, que se estendeu por quase todo o século XVIII, a pecuária de corte teve o importante papel de servir de base de sustentação alimentar aos produtores de minério.

Mas foi a partir da decadência da mineração que a pecuária bovina mostrou toda sua capacidade de atividade produtiva capaz de sustentar, praticamente sozinha, toda uma região que ficou, por um longo período, abandonada pelos governantes daquela época. Por mais de um século e meio, a partir do final do ciclo do ouro em Goiás, a pecuária bovina foi a principal atividade produtiva e econômica do Estado.

Ao longo de século XIX, período de poucos acontecimentos capazes de impulsionar a economia do Estado, a bovinocultura, apesar de sua prática rústica e precária, foi a única atividade econômica capaz de produzir excedente para exportação.

A primeira metade do século XX não foi muito diferente. Mesmo com os incentivos do Governo Federal, como a primeira **Macha para o Oeste**, movimento que buscava fazer a interiorização da economia, ocupar espaços vazios do território nacional e produzir alimentos para suprir a demanda internacional, a pecuária continuou sendo a principal atividade econômica do Estado. E o que é mais interessante: foi neste momento que os pecuaristas de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo se juntaram e criaram a Federação da Pecuária do Brasil Central.

A criação desta federação, a realização de seus vários congressos, foi, para Goiás, o início da transformação de uma pecuária rudimentar e de subsistência para uma organizada em grande escala e, portanto, comercial.

Esse novo modelo de organização fez com que a pecuária bovina do estado de Goiás voltasse a ganhar forças, a ponto de seus organizadores reivindicarem

veementemente, junto ao governo federal, a implantação da indústria da carne, que se concentrava no estado de São Paulo, nos outros estados produtores de bovinos; que estes fossem isentados de pagamentos de impostos; e que fosse montada uma estrutura moderna de transportes para viabilizar a comercialização dos bovinos e seus derivados entre os estados que faziam parte da Federação da Pecuária do Brasil Central.

Com a chegada da fronteira agrícola, marcada pela segunda *Macha para o Oeste*, a pecuária goiana passou a incorporar as difusões tecnológicas de forma mais intensa. A pecuária estadual, que crescia de forma horizontal, com poucos investimentos, caracterizada pelo predomínio das pastagens naturais, começou a receber investimentos financeiros e tecnológicos, passando a crescer de forma vertical.

Mesmo quando o foco dos governantes estava voltado para impulsionar o crescimento de outras atividades, como foi o caso das décadas de 60 e 70, quando todas as atenções estavam voltadas para o desmatamento dos cerrados para produção de grãos, a pecuária não deixou de crescer. Pelo contrário, foi nesse momento que a pecuária se desenvolveu em todos os sentidos.

Como Goiás sempre teve vocação para a pecuária bovina, depois de encerrado o prazo obrigatório, exigido pelos órgãos financiadores, para o plantio de grãos, as lavouras foram transformadas em pastagem. Com isso, as pastagens naturais foram substituídas por plantadas. A qualidade do gado foi melhorada e a produtividade aumentada.

Mesmo não sendo o foco principal, como atividade produtiva e econômica, a partir da década de 60 do século XX, a pecuária bovina no estado de Goiás ganhou traços fortes de atividade moderna. As pastagens foram gradativamente transformadas de nativas para plantadas; os animais rústicos, pequenos e de pouca rentabilidade foram substituídos por outros de grande porte, com maior rentabilidade de carcaça e adaptados às gramíneas modernas; o modelo de manejo, que antes era rudimentar, se moderniza, e as raças se multiplicam.

Ou seja, desde o início da formação da estrutura produtiva e econômica do estado de Goiás, a pecuária bovina sempre ocupou posição de destaque entre todas as atividades.

Hoje, Goiás tem uma pecuária altamente expressiva, possuindo forte participação na economia e posicionando o Estado entre os maiores produtores do Brasil. De acordo com dados do IBGE, tem um rebanho superior a vinte milhões de animais, o que representa algo em torno de dez por cento do rebanho nacional. Goiás ocupa atualmente a quarta posição no ranking brasileiro de produtores de gado.

Goiás produz mais de oitocentas mil toneladas de carne. Isso só produto sob inspeção federal. O Estado chegou a produzir mais de um milhão e duzentas mil toneladas do produto antes da crise internacional.

Em se tratando de comercialização da produção goiana para o exterior, a pecuária bovina de corte se coloca entre os principais exportadores. A exportação de carne bovina só perde para a soja. E a tendência é aumentar ainda mais as exportações, devido à grande demanda por proteína no planeta.

A pecuária bovina de corte é um dos segmentos que contribui decisivamente para o crescimento e desenvolvimento da estrutura produtiva e econômica do Estado de Goiás. Foi suporte para outras atividades, sustentou praticamente sozinha a economia do Estado nos momentos difíceis (pós-ciclo do ouro), é hoje grande geradora de empregos, e uma das principais responsáveis pelo abastecimento da indústria goiana.

A pecuária bovina de corte sustenta, também, uma das maiores estruturas frigorífica do país, que se encontra instalada no estado de Goiás. Só sob inspeção federal são vinte e sete plantas, com capacidade de abate de grande número de animais e preparadas para o comércio exportador.

Isso sem falar do grande número de indústrias de alimentos, couro e calçados.

Portanto, a pecuária bovina de corte manteve posição de destaque em todas as fases da criação e desenvolvimento da estrutura produtiva e econômica de Goiás:

primeiro como suporte para a produção extrativista mineral, depois como principal atividade de sustentação da população que resistiu à decadência da mineração, mais tarde como principal produto de exportação, e, na atualidade, tem o importante papel de contribuir decisivamente com o abastecimento do mercado regional, nacional, estrangeiro.

REFERÊNCIAS

- BERTRAN, Paulo. **Uma Introdução à História Econômica do Centro-Oeste o Brasil**. Goiânia: UCG, 1988.
- BORGES, Barsanufu Gomides. **Goiás nos Quadros da Economia Nacional 1930 – 1960**. Goiânia: UCG, 2000.
- BORGES, Barsanufu Gomides. **Estado e Economia no Brasil Central**. Goiânia: UCG, 2008.
- CARDOSO, Esther Guimarães. **Confinamento de Bovinos**. Campo Grande: Embrapa Gado de Corte, 2000.
- CORRÊA, Afonso Nogueira Simões. **O Produtor Pergunta, a Embrapa responde**. Brasília: Embrapa-SPI, 1996.
- CORRÊA, Margarida Maria da Silva. **Naturalistas e Viajantes Estrangeiros em Goiás 1800-1850**. Goiânia: UCG, 2001.
- ESTEVAM, Luís. **O Tempo da Transformação. Estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. 2ª edição. Goiânia: UCG, 2004.
- ESTEVAM, Luís. *Da Agricultura Tradicional à Moderna*. In PEREIRA, Diamantino Alves. **Agricultura de Goiás – Análise & Dinâmica**. Goiânia: UCG, 2004.
- FALCONI, Luiz Carlos. **A Exploração Econômica do Cerrado: Formas atuais e caminhos futuros**. Goiânia: UCG, 2005.
- FERREIRA, Henrique Duarte. *A Conquista do Cerrado*. In PEREIRA, Diamantino Alves. **Agricultura de Goiás – Análise & Dinâmica**. Goiânia: UCG, 2004.
- GOMES, Horieste. **Geografia Sócio-econômica de Goiás**. Goiânia: Brasil Central, 1969.
- GALLI, Ubirajara. **A História da Pecuária em Goiás. Do primeiro gado aos dias de hoje**. Goiânia: UCG, 2005.

LUZ, Gil Mendes. **Planejamento e Intervencionismo Estatal em Goiás**. Goiânia: UCG, 2001.

PACHECO, Altamiro de Moura. **A Industrialização do Boi no seu Habitat**. Goiânia: Oriente, 1972.

SILVA, Eduardo Rodrigues da. **A Economia Goiana no Contexto Nacional 1970-2000**. Goiânia: UCG, 2007.

AgriPoit Consultoria Ltda. Pesquisa BeefPoint para Confinamentos. Disponível em: F:\PROJEÇÃO PARA CONFINAMENTOS. MHT. Acesso em: 12 de julho de 2010.

ANDRADE, Bruno de Jesus. **Novos Cenários para Confinadores**. São Paulo, 2010. Disponível em: www.beefpoint.com.br, acesso em 22 de julho de 2010.

ARANTES, Pedro Ferreira. **A Crise da Agricultura e sua Importância Socioeconômica**. Goiânia: Assessoria Faeg, 2006.

ARRUDA, Zenith João de. **Suplementação a Pasto: Uma alternativa para a produção de novilho precoce**. Campo Grande, 1995. Disponível em: www.cnpqg.embrapa.br, acesso em 25 de agosto de 2010.

ARTIAGA, Zoroastro. **Economia Goiana**. Goiânia: Revista Oeste, julho de 1942.

CAIXETA, Macel Felix. **Uma Janela que Antecipa o Futuro**. Goiânia: Agenciarrural, 2007.

EMBRAPA. **Bovinos**. Condição corporal e controle da fertilidade. Brasília: Embrapa, 2006.

LEBRON, Juan. **Goiás é 1º em Confinamentos de Bois**. Jornal O Popular, 18 de setembro de 2008.

O POPULAR. Produção de carnes, ovos e leite em Goiás cresce acima da média. Goiânia: quarta-feira 31 de março de 2010.

PARANAÍBA, Adriano de Carvalho; PIRES, Murilo José de Souza. **Dinâmica da Agropecuária Goiana: Um estudo sobre composição agrícola no período 2000-2007**. Goiânia: Revista FAEG, junho 2008.

RODRIGUES, Luis Carlos. **Simpósio Internacional de Forrageiras**. Goiânia: Revista Raça, 2009.

TRIVELLATO, João. **Semi-confinamento**. Viçosa, 2010. Disponível em: www.portaldoagronegocio.com.br, acesso em 27 de agosto de 2010.